

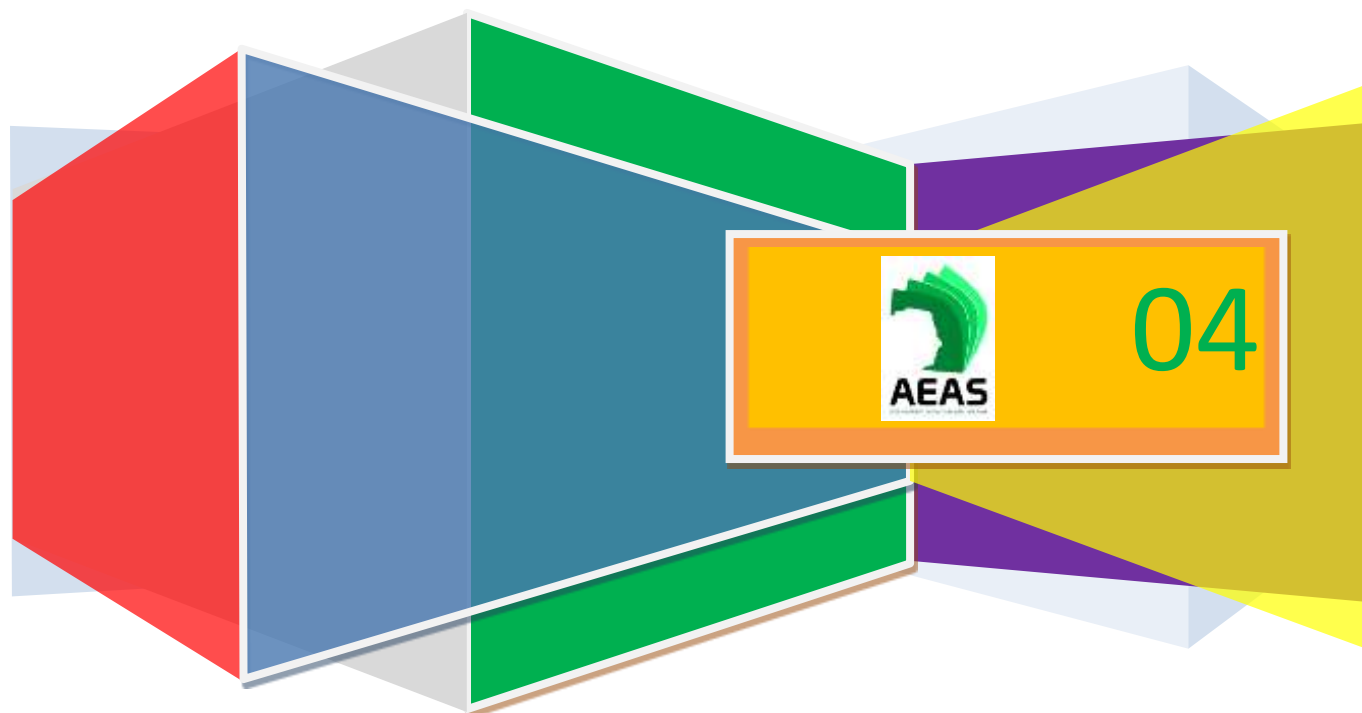
ESCOLA SECUNDÁRIA ABEL SALAZAR



DECOJovem / ESAS

Ano letivo 2012/2013

Iolanda Paredes, 12ºE, 9º A/B/D



Mais do que simplesmente informar é fundamental levar os alunos a Refletir, Assumir e a Agir ... Os artigos que aqui apresentamos, uns realizados pelos alunos, outros adaptados, resultam do trabalho desenvolvido na **sala de aula**. Este ano, em virtude da realidade em que vivemos, a problemática da “União Europeia”, do “Euro” e da “Crise”, foi a mais escolhida. Os problemas de consumo dizem respeito a todos e, podemos entender como “uma opção de consumo” a nossa integração na União Europeia e todas as decisões políticas, económicas e sociais que estão a ser tomadas e cujas consequências nos afetam hoje e no futuro. No entanto, os problemas ambientais, o consumo sustentável, a pegada ecológica e os conselhos consumeristas, estão presentes.

O desafio que lançamos, mais uma vez, ao leitor é que, ao folhear a revista, vá encontrando o fio condutor que liga os assuntos que à primeira vista parecem avulsos.

DECOJovem / ESAS

ÍNDICE

5 minutos com sumo ...	3
Consumo Sustentável --	8
Consumo ético, consumo responsável e consumo consciente-----	11
Foi assim que desejamos	
“Bom Natal”-----	12
Processo de integração europeia: ----	13
1. Tratados e objectivos-----	14
2. Acordos mais importantes--	18
Portugal na EU-----	20
Instituições europeias-----	26
A Zona Euro -----	27
Portugal-----	36
Outros países: Tailândia e	
Jamaica-----	45-48
Já imaginou qual o impacto da sua Pegada Ecológica ? -----	50
Para reflectir -----	51
Dicas para poluir menos-----	52
Urbanização e ambiente -----	53
O aumento da temperatura global-	56
Os veículos amigos do ambiente----	58
Subida do nível médio das águas do mar -----	60
Os recursos do mar em perigo -----	61
Biodiversidade -----	63
A Sociedade do Consumo -----	65
Passatempos -----	67



...5 minutos com sumo

A vida dos produtos

Até quando se deve usar um produto?

A resposta é simples se se tratar, por exemplo, de um iogurte. Mas nem tudo tem um prazo de validade.

Quanto tempo dura um produto?

Muitas vezes depende do tipo de utilizador. Podemos, de certa forma, prolongar a vida dos produtos, usando-os com cuidado, sem os desperdiçar, seguindo instruções de uso e conservação, reparando-os quando necessário e, às vezes, dando-lhes uma segunda vida através da reutilização.

Mas a verdade é que, hoje, os produtos são produzidos para terem vidas curtas, serem descartados e se voltar a comprar mais. Os exemplos mais óbvios são os objetos para “usar e deitar fora”, mas cada vez mais produtos são fabricados segundo este plano. Os computadores e outros equipamentos, por exemplo, são feitos de modo a que não seja fácil ou mesmo possível ao consumidor atualizar o seu equipamento a não ser... comprando um novo. E mesmo quando avaria um equipamento, às vezes fica mais barato comprar um novo.

Tudo isto é planeado pela indústria, naturalmente interessada em manter e aumentar o fluxo das vendas.

Chegaram a fazer-se estudos para se saber qual o tempo de vida mínimo que um produto podia ter até avariar, mas que, ao mesmo tempo, deixasse o consumidor com confiança suficiente nesse produto para o voltar a comprar...

Afinal, **o que nos faz deixar de usar um produto?** Usamos as coisas até ao fim? **O que nos faz querer algo novo**, mesmo que o antigo ainda esteja bom? *A moda? A pressão da publicidade? Ser como os outros?*

Quando é que um produto passa, **realmente**, a estar “impróprio para consumo” ?

...5 minutos com sumo**Contar e descontar**

Está na moda comprar com desconto. Os tempos de crise aumentaram o nosso apetite por pechinchas e tudo o que tenha a palavra mágica “desconto” ou “promoção” nos salta logo à vista.

Apesar da sua importância, o preço não deve ser o único fator a influenciar as nossas compras. É mais acertado pensarmos na relação *preço-qualidade*. De facto, às vezes, o barato sai caro.

É preciso pensar. Já reparaste como quase todas as promoções são limitadas no tempo? É sempre “Só hoje!” ou “Só até amanhã!”, que é para nos levarem a agir sob o impulso, pensando o mínimo possível.

Uma das formas de pensar é fazendo contas, não só aos custos de um produto no presente, mas também aos seus custos futuros. Por exemplo, comprar uma impressora baratíssima faz-nos esquecer o preço dos tinteiros que teremos de comprar, acabando por encarecer muito essa compra no futuro.

Outra situação: faz sentido deslocarmo-nos a uma loja que pratica um preço mais baixo num determinado produto? Acontece vulgarmente que acabamos por sair de lá com outros produtos, e, muitas vezes, feitas as contas, gastando afinal mais do que aconteceria noutra loja. Isto para não falar dos custos de transporte, que raramente contabilizamos. E por falar em transportes, andar uns quilómetros para pôr gasolina numa bomba de combustível mais barata, compensará sempre? Já estás a ver o problema: quando não se fazem as contas, o desconto pode tornar-se prejuízo.



Outras vezes, a palavra “desconto” é puro marketing, como quando os super ou hipermercados aumentam o preço de um produto para o poderem vender a seguir “com 50% de desconto”...

Isto de poupar envolve matemática, atenção e reflexão. Coisas que nem sempre estamos na disposição de usar e, nesse caso, a nossa carteira é que paga ... **E TU ESTÁS ATENTO?**

...5 minutos com sumo

Hoje, há teste! Conheces os teus direitos?



Propomos hoje um pequeno teste de conhecimentos. Fácil e útil, para que possas saber, se ainda não sabes, o que fazer em três situações de consumo:

1. Recebi em minha casa um produto que não encomendei, com a indicação de que se tratava de uma promoção. Referia-se também que se eu quisesse conservar esse produto deveria efetuar o pagamento mas, se não o quisesse, deveria devolvê-lo para uma determinada morada. Serei obrigado(a) a fazê-lo?

2. Ao fazer uma compra de um produto em saldo, no meio da confusão da loja, não me apercebi de que o produto apresentava um defeito. Só em casa me apercebi disso. Uma pessoa amiga aconselhou-me a ir trocar o produto mas acabei por não o fazer porque havia um letreiro na loja que dizia “Saldos não se trocam”. Fiz bem?

3. Num hipermercado, depois de analisar os preços que estavam expostos, decidi comprar um determinado produto, mas depois, na altura de pagar na caixa, o preço que apareceu no visor era superior. Queixei-me à funcionária da caixa, mas esta informou-me de que o preço atual era este e que o da prateleira já deveria ter sido retirado, pois fazia parte de uma promoção já terminada. Afinal, quanto devo pagar?



Resposta 1: Não. O consumidor não é obrigado a pagar quaisquer bens ou serviços que não tenha encomendado ou solicitado e também não é responsável pela sua devolução.

Resposta 2: Independentemente de ter sido comprado durante os saldos, um produto defeituoso deverá ser obrigatoriamente trocado ou o preço devolvido ao consumidor. A indicação que estava na loja não tem valor, porque, das duas, uma: ou o produto tem defeito e então pode sempre pedir-se a sua substituição, reparação ou devolução do dinheiro ou o produto não tem defeito e então, esteja ou não em saldo, a loja não é obrigada a trocá-lo. Só no caso de produtos em que o consumidor é informado, previamente, da existência de defeitos, é que o comerciante fica livre dessas obrigações.

Resposta 3: No caso de haver diferença entre o preço afixado nas prateleiras e o que é pedido na caixa, o comprador deve apenas considerar o preço indicado. É necessário, no entanto, que esse preço seja plausível e não fruto de um erro evidente. Vejamos os seguintes exemplos: um consumidor pretende comprar um blusão num hipermercado. Na caixa, o valor pedido é de 53 €. O preço que estava indicado, na respetiva secção, era 49 €. Quanto é que o consumidor deve pagar? Resposta: 49 euros. Agora supõe que o preço afixado junto ao mesmo produto era 53 centimos (0,53 €) e, na caixa, o valor pedido é 53 €. Quanto é que o consumidor deve pagar? Resposta: Trata-se de um erro óbvio. Neste caso, o vendedor pode retificar o preço e o consumidor pode ou não aceitá-lo.

...5 minutos com sumo

Perguntar antes de comprar

Um dos direitos do consumidor é o direito à

informação. A maior parte das vezes, a informação é prestada sem que tenhamos de fazer nada: vem nos rótulos, na publicidade, nas instruções, nas garantias, etc.

Mas, outras vezes, para defendermos os nossos direitos, temos o dever de fazer perguntas. Que perguntas?

A primeira que nos ocorre é “quanto custa?”. Sempre foi uma pergunta importante, porque o dinheiro sempre foi

escasso, mas mais ainda nos tempos que correm. O preço deve estar afixado, portanto, na maior parte dos casos, não precisaremos de perguntar.

Mas, para fazer a melhor escolha, pode não ser suficiente saber quanto custa o produto, mas sim quanto custa o litro ou o quilo. O que é mais racional, comprar meio litro por 50 cêntimos ou um litro por 90? Bom, a resposta parece óbvia, mas se o que pretendemos usar é apenas o meio litro ou se se trata de um produto que se pode estragar antes de ser totalmente consumido, então o mais racional é mesmo comprar apenas o meio litro.

Perguntar, costuma-se dizer, não ofende. Além disso, é grátis. Devemos, portanto, fazer as perguntas necessárias para obter as informações que nos ajudem a fazer as melhores escolhas. Nas perguntas que fazemos aos produtores ou vendedores e até a nós mesmos, antes de uma compra, estão refletidos os nossos valores, isto é, aquilo a que damos maior importância. Imagina que estás numa loja, com um produto na mão, pensando se deves ou não comprá-lo. Que perguntas deveria fazer, nessa situação, um consumidor responsável?

Saúde

Este produto...

- ... é prejudicial à saúde? De que forma?
- ... foi higienicamente confeccionado?
- ... é feito com ingredientes seguros?
- ... que efeitos tem na saúde pública?



Indivíduo e Sociedade

Este produto...

- ... vou adquiri-lo porque tenho necessidade?
- ... é publicitado de forma honesta e verdadeira?
- ...foi produzido e comercializado com que custos sociais?
- ... tem um rótulo com as informações legalmente exigidas?
- ... é produzido por uma empresa que respeita os direitos dos trabalhadores?



Ambiente

Este produto...

- ... provocou poluição?
- ... vai provocar lixo ou resíduos?
- ... tem uma embalagem biodegradável ou reciclável?
- ... foi produzido e embalado com utilização de recursos não renováveis?



Economia

... preciso deste produto?

- ... tenho meios para o adquirir?
- ... a sua compra afetará o meu estilo de vida, as minhas poupanças, os meus projetos?
- ... quem lucra com este produto? E quem sai prejudicado?
- ... há alguma alternativa igualmente boa que seja mais barata?



...5 minutos com sumo

Riscos & Seguros

O nosso mundo tem muitos riscos. O risco é a possibilidade de algo correr mal. Qualquer coisa pode correr mal, por isso o risco está em todo o lado. Muitos destes riscos podem abalar a nossa vida, fazer-nos passar um mau bocado ou provocar prejuízos avultados. Mas há formas de evitar ou diminuir esses prejuízos. Por exemplo, através dos seguros. Os seguros são contratos que nos dão direito



a indemnizações no caso de acontecer algo que não desejamos mas que não conseguimos evitar. Por isso se diz que o seguro cobre um certo risco.

Há seguros para quase tudo. Para as pernas do Cristiano Ronaldo e para a voz de vocalistas célebres, mas também para coisas mais banais. Decerto já ouviste falar de seguros contra incêndios, contra roubos, contra acidentes. Alguns seguros são mesmo obrigatórios, em certas situações, como o seguro automóvel, o seguro para cães potencialmente perigosos e até o teu conhecido seguro escolar.

Para se ter direito a esta proteção, o consumidor que faz um seguro tem de efetuar, regularmente, um pagamento chamado *prémio*. Nome mais enganador não pode haver!

Antes de fazer um seguro, é importante comparar os preços e coberturas dos seguros de várias empresas. E, como em qualquer contrato, é importante conhecer os direitos e as obrigações das duas partes – a pessoa segura e a empresa seguradora. Só assim podemos saber exatamente o que está coberto, isto é, protegido pelo seguro, e as chamadas limitações e exclusões, isto é, aquilo que o seguro não cobre.

Os portugueses, em geral, não fazem muitos seguros para além dos obrigatórios, talvez porque não gostem de estar a pagar para se protegerem de uma coisa que pode nunca acontecer. O que pensas disto?



Consumo sustentável

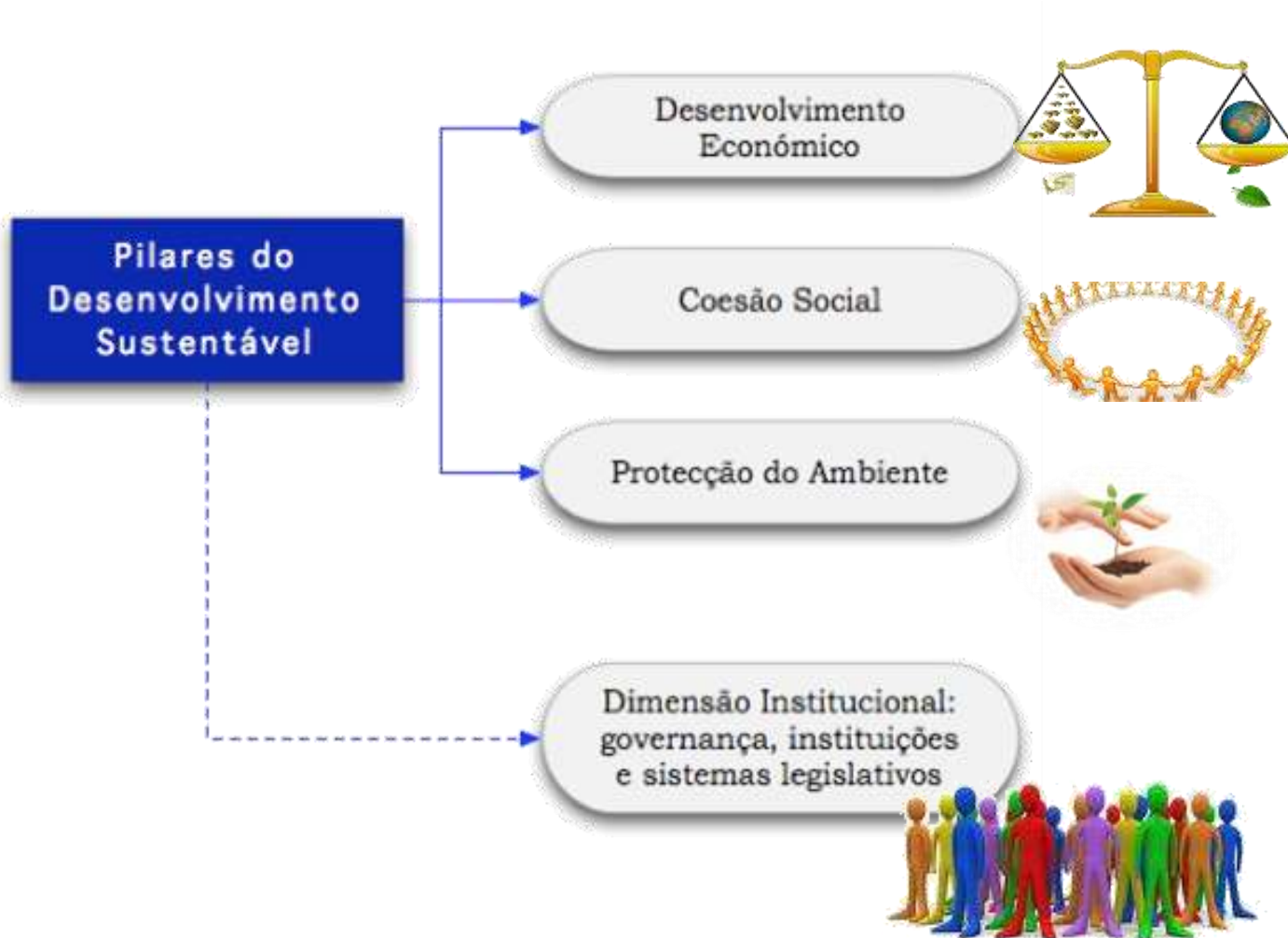


Alguns conceitos para ler e, refletir...

- (...) o que importa não é exatamente o impacto ambiental do consumo, mas antes o impacto social e ambiental da **distribuição desigual do acesso aos recursos naturais**, uma vez que tanto o “superconsumo” quanto o “subconsumo” causam degradação social e ambiental.
- No entanto, a estratégia de consumo sustentável baseada exclusivamente na redução do consumo nos países do hemisfério norte não garante que haverá uma melhor redistribuição dos recursos.
- As políticas de consumo sustentável devem contribuir para eliminar as desigualdades de poder na determinação dos mecanismos de comércio internacional entre os países.
- (...) as relações entre meio ambiente e desenvolvimento estão diretamente relacionadas aos padrões de produção e consumo de uma determinada sociedade.

- (...) a construção de padrões e níveis de consumo mais sustentáveis envolve a construção de relações mais solidárias entre diversos setores sociais, como produtores, comerciantes e consumidores.
- Iniciativas de apoio a formas alternativas de produção (agricultura familiar e orgânica, cooperativas de produtores, economia solidária, etc.) precisam contar com uma ampla identificação e participação dos consumidores. Portanto, a busca de formas alternativas e solidárias na esfera da produção, articulando experiências bem sucedidas em “mercados limpos e justos”, podem e devem aliar - se aos movimentos de consumidores, organizados na articulação de mecanismos de resistência, reorientação dos modelos produtivos e tentativas de interferência nas agendas hegemônicas.

Pilares do Desenvolvimento Sustentável



Consumo Verde

- Consumo verde é aquele em que o consumidor, além de procurar melhor qualidade e preço, inclui no seu poder de escolha, a variável ambiental, dando preferência a produtos e serviços que não agridam o meio ambiente, tanto na produção, quanto na distribuição, no consumo e na rejeição final.
- Esta estratégia tem alguns benefícios importantes, como o fato de os cidadãos comuns sentirem, na prática, que podem ajudar a reduzir os problemas ambientais. Além disso, os consumidores verdes sentem-se parte de um grupo crescente de pessoas preocupadas com o impacto ambiental de suas escolhas.



Mas cuidado ...

- Muitas empresas passaram a interessar-se pelo poder de compra de pessoas com elevado estatuto económico apostadas num estilo de vida de baixo impacto ambiental, vendo nelas um novo nicho de mercado.
- Assim, a necessidade de redução e de modificação dos padrões de consumo foi substituída pelo simples “esverdeamento” dos produtos e serviços.
- A possibilidade de escolha, portanto, acabou por se resumir a diferentes marcas e não na diferença entre consumismo e não-consumismo.
- **A desigualdade no acesso aos bens ambientais agravou-se** uma vez que a tecnologia aumentou o desenvolvimento de produtos verdes para uma parcela da sociedade, os mais ricos, enquanto os pobres ficam com produtos inferiores e com um nível de consumo abaixo da satisfação das suas necessidades básicas.

Consumo ético, consumo responsável e consumo consciente

- Estas expressões surgiram como forma de incluir a preocupação com aspetos sociais, e não só ecológicos, nas atividades de consumo. Nestas propostas, os consumidores devem incluir, nas suas escolhas de compra, um **compromisso ético**, **uma consciência** e **uma responsabilidade quanto aos impactos sociais e ambientais** que as suas escolhas e comportamentos podem causar nos ecossistemas e noutros grupos sociais, na maior parte das vezes geográfica e temporalmente distantes.



Um novo consumidor?

- Comprar é escolher.

Escolher de entre uma esmagadora variedade de produtos. Escolher remunerar as empresas que os produzem. Escolher dar força a um processo económico do qual fazemos parte.

RESIDE AQUI O NOSSO GRANDE PODER. OU A NOSSA GRANDE PASSIVIDADE. Se o consumidor é confrontado com estímulos poderosos, do marketing à inovação tecnológica e até à auto-promovida preocupação dos fabricantes com a qualidade e as responsabilidades sociais, precisamos exercer o nosso poder de consumir.



In Cadernos Comércio Justo, nº1

Foi assim que desejamos **“Bom Natal”!!!!**



Hoje, mais do que nunca, os valores da solidariedade e da amizade, estão na ordem do dia!!!!

É preciso mudar e perceber que com muito menos “coisas” também podemos ser felizes!!!!

Reclama, exige, pratica a equidade, o respeito e a responsabilidade!!!!

PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA

CRONOLOGIA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA



No final da 2ª Guerra Mundial, a Europa encontrava-se em ruínas, numa grave situação económica e financeira e dividida entre os EUA e a URSS (novo mapa geopolítico).

Foi nesta situação de fragilização, num Mundo Bipolar e de Guerra Fria, que surge o processo de Integração Europeia.

Este processo iniciou-se, em 16 de abril de 1948 com a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) coordenando a ajuda americana (Plano Marshall). Mais tarde, a OECE deu origem à OCDE (Organização de Desenvolvimento Económico) com a entrada de países industrializados como os EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

Em 1950, Robert Schuman, Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, lançou as verdadeiras bases do processo de integração europeia ao propor a livre circulação de carvão e de aço, pois eram produtos considerados fundamentais no desenvolvimento económico.

Karolina Hodor nº23 Ana Sofia Gonçalves nº2 Ana Sofia Pereira nº3, 12ºE

1. TRATADOS E RESPECTIVOS OBJETIVOS

Pelo Tratado de Paris, assinado a 18 de abril de 1951, foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do



Aço (CECA), com o objetivo de reconstruir economicamente o continente europeu e assegurar uma paz duradoura. Esta comunidade não tinha só uma visão económica mas também política, para reforçar a solidariedade, o afastamento da guerra e este foi o primeiro passo para o processo da integração europeia. Foi Robert Schumann, ministro dos negócios estrangeiros da república francesa, que propôs que esta comunidade fosse uma organização aberta a todos os países europeus e assim sendo, a CECA foi fundada por seis: França, Itália, Alemanha Ocidental,

Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

A CECA tinha como principal objetivo a integração das indústrias do carvão e do aço dos países europeus ocidentais, para a expansão económica, para aumentar o emprego e melhorar o nível de vida, promover o comércio internacional e modernizar a produção. Por consequente, as instituições deviam abastecer de forma regular o mercado comum, para garantir uma igualdade de acesso às fontes de produção, estabelecer preços mais baixos e melhorar as condições dos trabalhadores.

O Tratado instaurou a livre circulação de produtos, sem direitos aduaneiros e encargos, e proibiu igualmente medidas/práticas discriminatórias.



TRATADO DE ROMA

Assinatura: 25 de março de 1957

Entrada em vigor: 1 de janeiro de 1958

Principais objetivos:

- Estabelecer a CEE (Comunidade Económica Europeia) e a EURATOM ou CEEA (Comunidade Europeia de Energia Atómica);
- Criar uma União Aduaneira;
- Construir um Mercado Comum;
- Criar um Fundo Social Europeu;
- Estabelecer um conjunto de políticas comuns nas áreas da agricultura e transportes;
- Estabelecer um Banco Europeu de Investimentos;
- Fomentar as relações entre os Estados-membros.

A CEE foi muito bem sucedida e a integração europeia melhorou, existindo uma maior união entre os Estados-membros com uma cooperação económica e política, mas principalmente económica, entre todos eles..



Alterações ao Tratado de Roma

ATO ÚNICO EUROPEU

Assinatura: 17 de fevereiro de 1986 (Luxemburgo) e 28 de fevereiro de 1986 (Haia)

Entrada em vigor: 1 de julho de 1987

Principais objetivos:

- Estabelecimento do Mercado Único Europeu;
 - Reforço da União económica e social;
 - Reforço do Sistema Monetário Europeu, com vista a acelerar a união económica da Europa;
 - Encontrar mecanismos que levassem a uma maior coesão e solidariedade, defendendo interesses comuns;
 - Reformar as instituições europeias de modo a preparar a adesão de Portugal e Espanha.
- ...



▪ **TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA** (Tratado de Maastricht)



Assinatura: 7 de fevereiro de 1992

Entrada em vigor: 1 de novembro de 1993

Principais mudanças:

- Instituiu o nome de União Europeia;
 - Introduziu alterações nos textos dos tratados anteriores, especialmente o Ato Único Europeu.
- De acordo com o Tratado de Maastricht a UE passou a estruturar-se baseada em 3 pilares.





TRATADO DE AMSTERDÃO

Assinatura: 2 de outubro de 1997

Entrada em vigor: 1 de maio de 1999

Principais objetivos:

- Preparar a adesão de mais países à UE através da reforma das instituições;
- Adoção do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) devido à preocupação com o problema da disciplina orçamental;
- Início do estabelecimento do Banco Central Europeu;
- Estabelecimento dos critérios necessários à criação do euro.

...

TRATADO DE NICE

Assinatura: dezembro de 2000

Entrada em vigor: 1 de fevereiro de 2003

Principais objetivos:

- Reforma das instituições com vista ao eficaz funcionamento da União Europeia com 25 membros;
- Alteração da composição da Comissão;
- Redefinição do sistema de votação do Conselho;

...



TRATADO DE LISBOA

Assinatura: 13 de dezembro de 2007

Entrada em vigor: 1 de dezembro de 2009

Principais objetivos:

- Tentativa de funcionamento mais eficaz e democrático por parte da UE;
 - Tornar a UE mais competente em questões de nível mundial como as alterações climáticas;
- O Tratado de Lisboa introduziu algumas mudanças na UE, nomeadamente no Parlamento Europeu, que viu os seus poderes reforçados, na Comissão, onde foram

alterado os procedimentos de votação, no Conselho Europeu, que passou a ter um Presidente permanente bem como um Alto Representante para os Negócios Estrangeiros. Para além disso, foi criado um novo serviço diplomático da UE e foi introduzida a iniciativa de cidadania.

PACTO ORÇAMENTAL DA UE

- “O novo pacto orçamental da União Europeia entra terça-feira em vigor, obrigando os Estados-membros subscritores a ter uma maior disciplina sobre as finanças públicas, impondo limites para o défice e para a dívida pública.
- A chamada 'regra de ouro', que os países devem consagrar com valor vinculativo e permanente na legislação nacional, obriga cada Estado-membro subscritor do pacto a não ultrapassar um défice estrutural de 0,5% e a ter uma dívida pública sempre abaixo dos 60% do Produto Interno Bruto (PIB).
- Quem não cumprir estas disposições poderá sofrer sanções pecuniárias, até 0,1% do PIB, impostas pelo Tribunal Europeu de Justiça, e cada Estado-membro compromete-se a colocar em prática internamente um "mecanismo de correcção", a ser ativado automaticamente, em caso de desvio dos objetivos, com a obrigação de tomar medidas num determinado prazo.
- A Finlândia ratificou em finais de dezembro o pacto orçamental, juntando-se a Portugal, Áustria, Chipre, Dinamarca, Estónia, Espanha, Grécia, Itália, Irlanda, Lituânia, Letónia, Eslovénia e Roménia, permitindo a sua entrada em vigor este ano.
- Acordado no Conselho Europeu de 9 dezembro de 2011, o Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária foi assinado por 25 Estados-membros, tendo ficado de fora o Reino Unido e a República Checa.”

Fonte: <http://www.dnoticias.pt/actualidade/economia/362470-pacto-orcamental-da-uniao-europeia>

2. OS ACORDOS MAIS IMPORTANTES

MERCADO ÚNICO EUROPEU

- Principal motor económico da União Europeia (UE);
- Espaço comum onde pessoas, mercadorias, serviços e capitais podem circular tão livremente como se de um país se tratasse, ou seja, sem o obstáculo das fronteiras nacionais;
- Possibilidade, para os cidadãos europeus, de viajar, viver, trabalhar, estudar e fazer negócios onde quiserem na UE;
- Utilização da mesma moeda, o Euro, em 17 países europeus.
-



→ **4 Liberdades Fundamentais:**

- Livre circulação de pessoas
- Livre circulação de mercadorias
- Livre circulação de serviços
- Livre circulação de capitais

→ **Resultados / Conquistas**

- Oportunidade de residir, trabalhar e estudar noutro Estado Membro
- Proteção crescente dos direitos dos consumidores
- Facilidade em viajar através da União Europeia
- Crescente melhoria da segurança alimentar na Europa



Museu em Roma

ACORDO DE SCHENGEN

O Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. Um total de 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia (exceto Irlanda e Reino Unido) e três países que não são membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça), assinaram o acordo de Schengen. Liechtenstein, Bulgária, Roménia e Chipre estão em fase de implementação do acordo.



Fonte principal: <http://europa.eu/>

▪ **CONVENÇÃO DE LOMÉ / Acordos de Cotonou**



Fonte: <http://homepages.uel.br/~mye0278s/ACP1.htm>

Convenção de Lomé é o acordo comercial assinado em 1975 entre a União Europeia e os países ACP (África, Caraíbas, Pacífico), que vigorou até à assinatura do acordo de Cotonou. A Convenção de Lomé foi assinada, em 1975, entre a Comunidade Europeia, atualmente União Europeia, e 70 nações de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Visava, essencialmente, apoiar as colónias do Reino Unido, da França, da Holanda e da Bélgica, oferecendo-lhes uma ajuda de mais de 18 biliões de dólares, durante os cinco anos seguintes, e assegurando-lhes igualmente o direito de livre acesso aos mercados europeus na agricultura e mercadorias industriais.

Assinado no ano 2000 na capital do Benim, o Acordo de Cotonou, veio substituir as convenções de Lomé. Na sequência da anterior Convenção de Lomé V, o acordo de Cotonou foi renegociado por 20 anos. A principal inovação de Cotonou consiste no alargamento da cooperação da UE à esfera política.

O acordo abrange atualmente 78 países ACP.

Os recursos financeiros disponíveis para o período entre 2000 e 2007 totalizaram 25 Biliões de Euros.

Portugal na União Europeia

Cláudia Correia nº6, Daniela Morais nº7, Ivan Mora nº 13, João Godinho nº15, 12º E

“Para Portugal, a adesão à CEE representa uma opção fundamental para um futuro de progresso e modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses, embora lhes abra simultaneamente, largas perspetivas de desenvolvimento.” Discurso de Mário Soares na Cerimónia de Assinatura da adesão portuguesa



Mário Soares a assinar o tratado de adesão de Portugal à CEE em 12 de Junho de 1985. Seguem-se Rui Mançhete, Jaime Gama e Ernâni Lopes.

Portugal integra a Comunidade Europeia desde 1986

Vantagens:

- Passamos a beneficiar dos subsídios europeus;
- Revelou-se essencial para o desenvolvimento do modelo democrático e do país;
- Tornou-se mais fácil viajar, estudar e trabalhar nos países da UE;
- Passamos a participar no maior mercado comum do mundo;
- Aumentou o investimento estrangeiro em Portugal;
- Modernizaram-se as infraestruturas;
- O país adquiriu o Euro como moeda.

Desvantagens:

- Perdemos parte da soberania do país;
- Surgiu a crise na agricultura;
- Ficamos vulneráveis à entrada de produtos concorrenciais;
- Perdemos competitividade em alguns sectores;
- Registou-se crescimento das importações que se tornou superior ao das exportações.
- ...

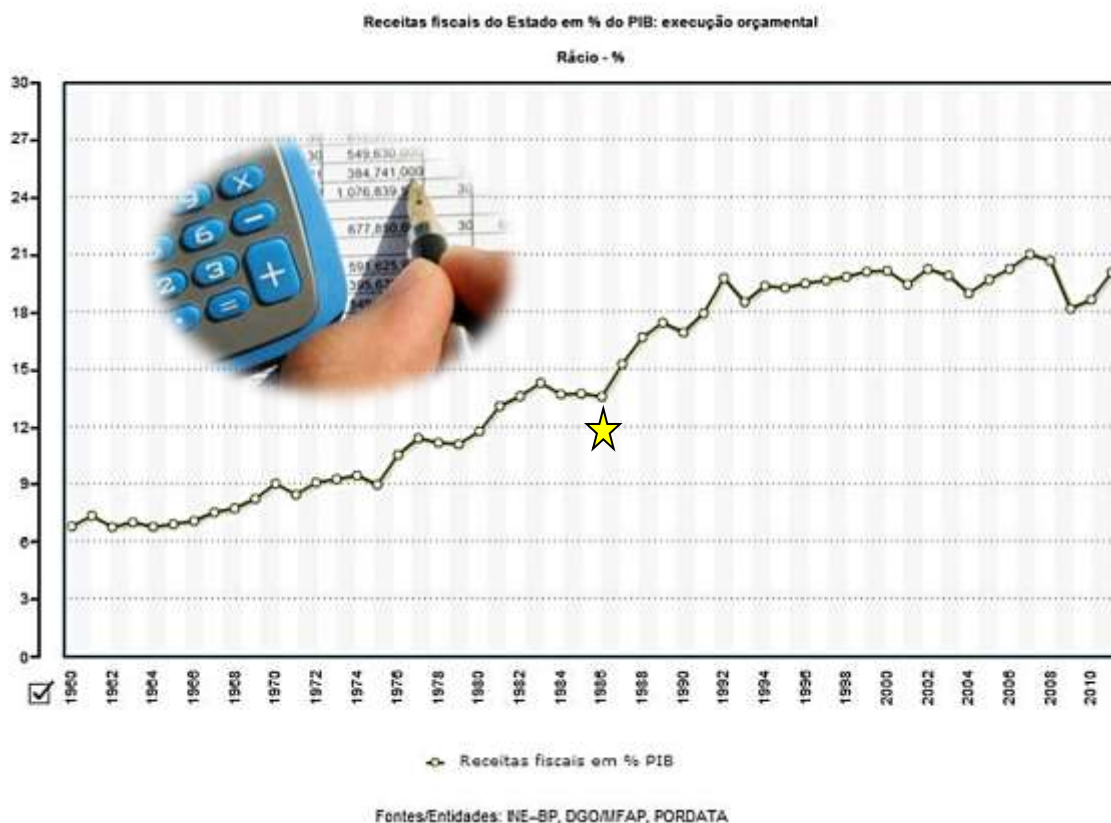
O QUE MUDOU no nosso país desde então?



Desde 1986, ano de integração de Portugal à Comunidade Europeia, o nosso país passa a apresentar mudanças significativas no campo económico, político, social e cultural.

A nível económico:

- Permite a liberalização do comércio;
- Cresce o número de pequenas e médias empresas;
- Verifica-se um crescimento significativo do PIB (fig. 1);
- Moderniza-se a estrutura da economia com aumento do sector terciário;
- Desce a taxa de desemprego (fig. 2);



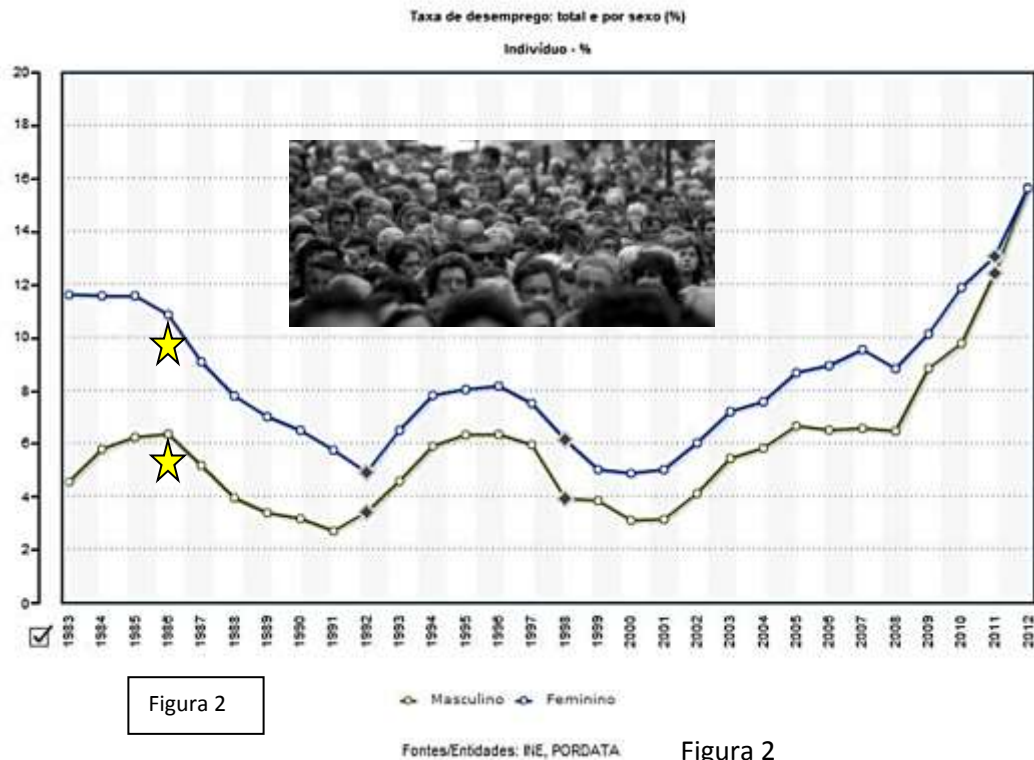


Figura 2

A nível demográfico:

- Inicia-se o processo da litoralização (fig.3);
- Aumenta a esperança média de vida à nascença (fig. 4);
- Reduz significativamente a mortalidade infantil (fig. 5);
- Sobe a taxa de escolarização (fig. 6).

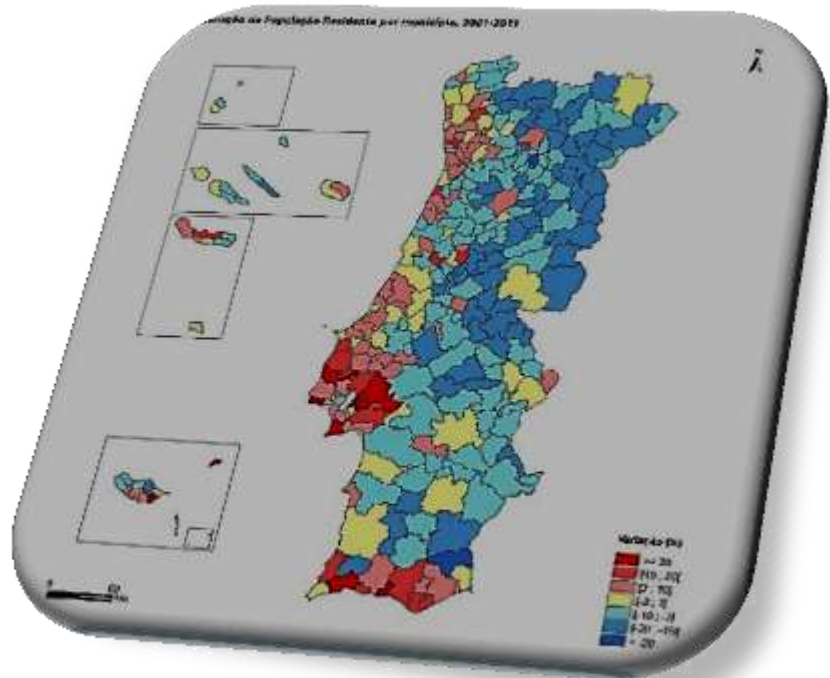
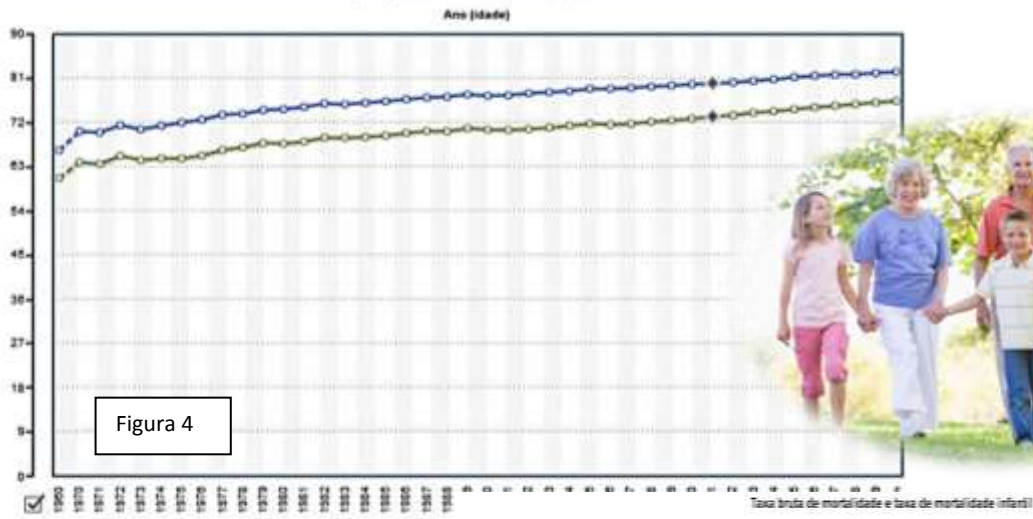
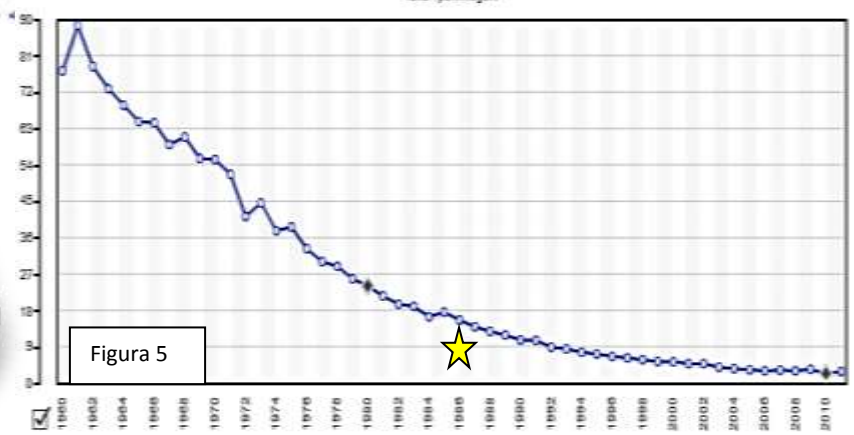


Figura 3 – Variação da População por município, 2001 – 2011

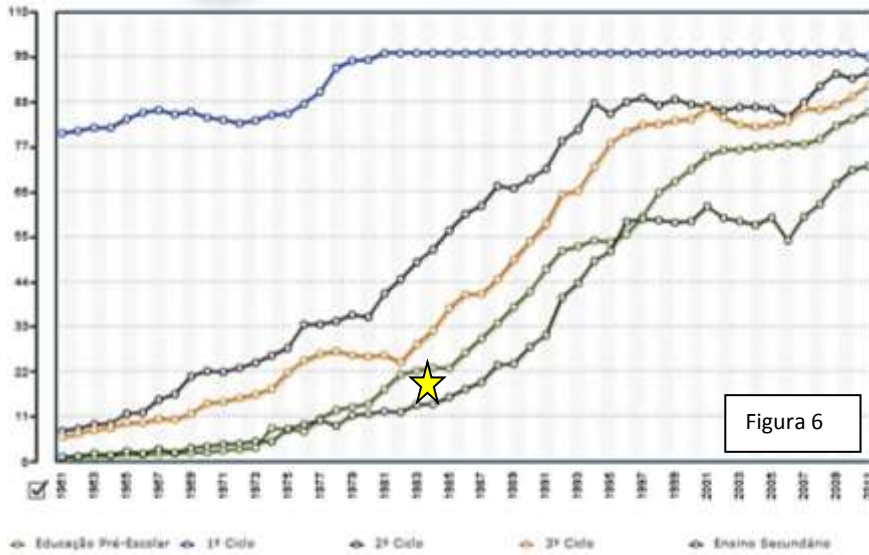
Esperança de vida à nascença: total e por sexo



Taxa - permissão



Taxa real de escolarização



Fontes/Entidades: GEFSE, IIE, PORDATA

A nível político, para consolidar a democracia, Portugal beneficiou com:

- o contacto com modelos e padrões de intervenção pública comuns aos países europeus;
- a convivência entre os políticos de diferentes países com tradições de democracia firmes;
- o contacto com instituições legítimas, os acordos e os compromissos;

Em suma, após a nossa integração, Portugal sofreu mudanças significativas em diversos campos e desde aí o nosso desenvolvimento social e económico acompanhou o aumento da riqueza portuguesa, melhorando o nível de vida da população.

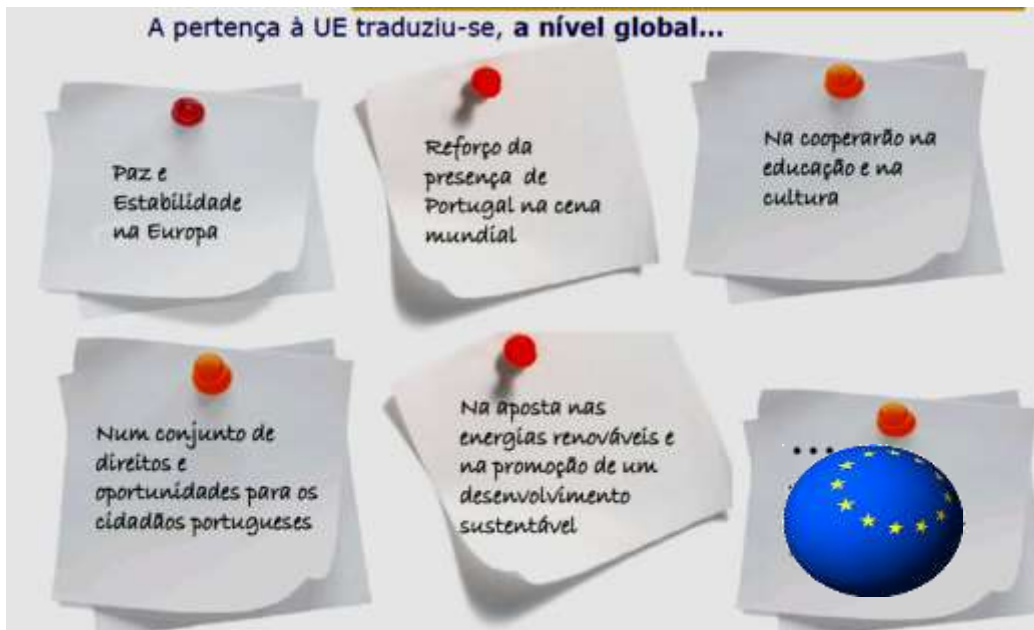
Podemos concluir que a integração de Portugal nas Comunidades Europeias traduziu-se, a nível interno, na oportunidade de:

- *garantir a segurança e a estabilidade do território português;*
- *consolidar a democracia em Portugal;*
- *reforçar a salvaguarda dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos portugueses;*
- *cimentar a liberdade económica e a liberdade sindical;*
- *reafirmar a confiança e estabilidade política através da integração numa comunidade com os mesmos valores;*
- *combater o desenvolvimento regional desequilibrado, conseguindo uma convergência real apoiada, também, por fundos comunitários.*

Muitos foram os êxitos, mas muito há a fazer, nomeadamente, equilibrar as contas pública e resolver problemas estruturais como por exemplo os baixos índices de produtividade e o aumento das exportações.



A pertença à UE traduziu-se, a nível global...



Fonte: Centro de Informação Europeia Jacques Delors, DGAE/Ministério dos Negócios Estrangeiros

A crise actual. Que futuro?



Figura 7

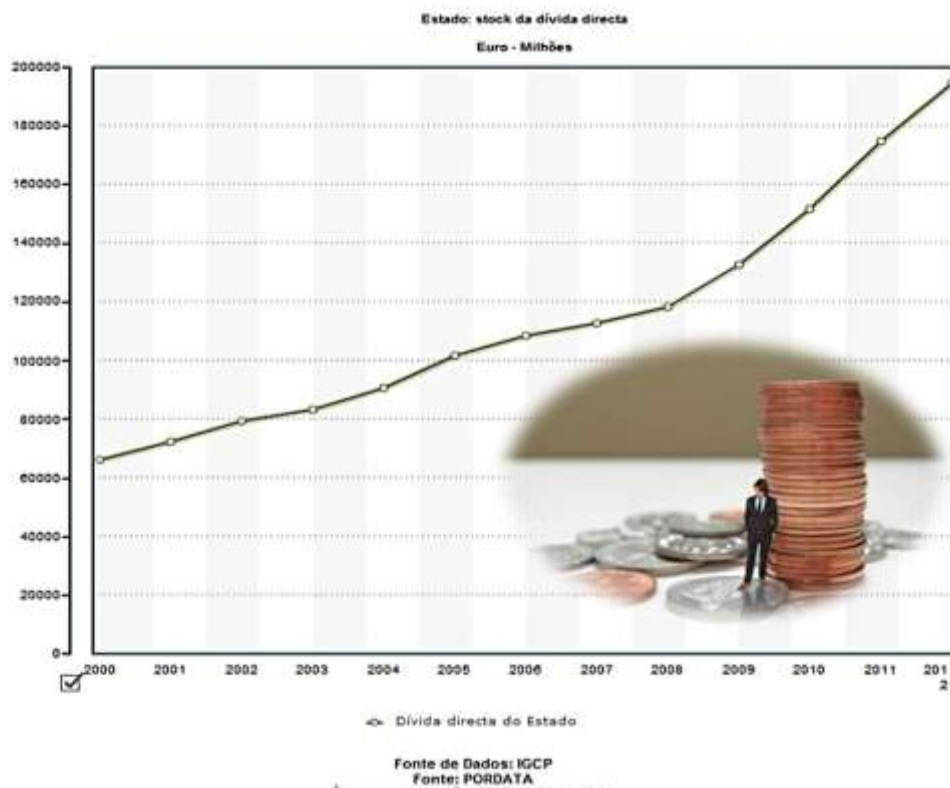


Figura 7

Instituições da União Europeia



De acordo com o artigo 4º do Tratado de Roma, previa -se a criação de quatro instituições europeias, de forma a realizar as tarefas confiadas à Comunidade Europeia:” A realização das tarefas confiadas à Comunidade Europeia será assegurada por : um Parlamento Europeu; um Conselho; uma Comissão e um Tribunal de Justiça “.



Conselho Europeu

Apelido (s)	Europeu
Nome próprio	conselho
Data de nascimento	1961
Nacionalidade	Europeia
Presidente	Herman Van Rompuy



Comissão Europeia

Apelido (s)	Europeia
Nome Próprio	Comissão
Data de Nascimento	1/07/1967
Nacionalidade	Europeia - Bruxelas
Presidente	Durão Barroso



Parlamento Europeu

Apelido (s)	Europeu
Nome Próprio	Parlamento
Data de Nascimento	10/06/1979
Nacionalidade	Europeia-Bruxelas- Estrasburgo
Presidente	Martin Schluz



Tribunal das Comunidades Europeias

2 Apelido (s)	Comunidades Europeias
1 Nome Próprio	Tribunal da Justiça
Data de Nascimento	1952
Nacionalidade	Europeia - Luxemburgo
Presidente	Juiz- Cada estado-membro

Andreia, Vanessa, Joana, Ana, 12ºE

A Zona Euro

Fábio, Sara, Inês, Márcia, 12º E



O Estudo de Caso, desenvolvido na temática da Zona Euro foi realizado no âmbito da disciplina de Geografia C e tem os seguintes objetivos: esclarecer o processo evolutivo da Zona Euro; identificar os países que a integram; dar a conhecer os objetivos e as vantagens da criação da União Económica e Monetária e mostrar as causas da grave crise atual da Zona Euro encontrando soluções para a sua viabilidade no futuro.

A escolha deste tema tem por base a sua atualidade, visto que nos últimos anos a crise da Zona Euro tem sido bastante falada e também devido ao interesse das matérias subjacentes à temática principal.

Zona Euro – Criação e Países Membros

A Zona Euro refere-se a uma união monetária dentro da União Europeia, na qual alguns Estados-membros adotaram oficialmente o euro como moeda comum.

Em 1998, os Estados-membros da União Europeia estabeleceram um conjunto de critérios para a adoção do euro, estabelecidos pelo Tratado da União Europeia, que asseguram uma evolução equilibrada das economias, garantindo a estabilidade económica e financeira implícita à moeda única. Foi assim criada, no início de 1999, com 11 países fundadores (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal), a Zona Euro. Foi criado, também, o Banco Central Europeu (BCE) que é a entidade responsável pelas políticas monetárias dentro da área do euro. A nova moeda



passou a circular desde 2002. Atualmente, os países pertencentes à Zona Euro que fazem parte da União Europeia são 17, com o acréscimo de Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Grécia e Malta .

Em regime excepcional, situam-se o Reino Unido e a Dinamarca, que negociaram condições especiais, podendo, no entanto, posteriormente integrar a Zona Euro.

A moeda única remonta ao início do processo de construção europeia, tendo o primeiro impulso para o lançamento de uma união económica e monetária surgido na década de 1960. Apesar da vontade política inicial, a instabilidade económica e financeira internacional não permitiu a tentativa de aproximação e cooperação económica entre os Estados-Membros da EU, então CEE.



Na década de 80, o processo de efetivação deste ideal é retomado, essencialmente devido a três fatores:



Constituição do "Comité para o estudo da União Económica e Monetária", liderado por Jacques Delors, que propôs um plano em três fases para a sua implementação;



Concretização do mercado único;



Assinatura, a 2 de fevereiro de 1992, do Tratado da União Europeia, que define os princípios monetários e financeiros de base.

Do processo da constituição da União Económica e Monetária resultou o Euro. Apesar de não ser a moeda oficial de todos os Estados-Membros, o euro é considerado um dos símbolos da identidade europeia. O símbolo do euro é €, que representa simultaneamente a União Europeia e Estabilidade (as notas de euro são iguais em todos os países da zona euro. As moedas possuem uma face comum e uma

face nacional específica para cada um dos países. Apesar das diferenças de cunhagem nas moedas, podem ser utilizadas indistintamente em toda a zona euro).



FIG.2 – O formato da moeda Euro.

Objetivos e Vantagens da Criação da União Económica e Monetária

A União Económica e Monetária, surge com uma série de objetivos implícitos. A saber:



- ❖ Estabilidade económica e financeira;
- ❖ Impulsionar o crescimento económico;
- ❖ Complementar a criação do mercado único, potenciando o seu funcionamento;
- ❖ Aumentar o nível de integração económica e europeia;

- ❖ Fortalecer o papel da economia europeia no contexto da economia internacional.

Com os objetivos viabilizados, as vantagens desta União são várias e fazem-se sentir a diversos níveis - nos cidadãos, nas empresas e na economia no seu conjunto. Entre essas vantagens, podemos destacar:

- ❖ maiores possibilidades de escolha e preços mais estáveis para os consumidores e os cidadãos;
- ❖ mais segurança e mais oportunidades para as empresas e os mercados;
- ❖ maior estabilidade e crescimento económico;
- ❖ mercados financeiros mais integrados;
- ❖ maior peso da União Europeia na economia mundial;
- ❖ um símbolo concreto da identidade europeia.

Muitas destas vantagens estão inter-relacionadas. Por exemplo, a estabilidade económica, que é positiva para a economia de um Estado-Membro, já que permite ao governo planificar o futuro, beneficia também as empresas, dado que reduz a incerteza e incentiva-as a investir. Isso, por sua vez, acaba por beneficiar os cidadãos, sob a forma de aumento do emprego e de postos de trabalho de maior qualidade.

Tendo cumprido os critérios de convergência económica estabelecidos em 1998, Portugal integrou o grupo inicial dos 11 Estados-Membros que substituíram a moeda nacional pelo euro. Cumprindo o período de transição, as notas e moedas de euro foram introduzidas de acordo com as datas previstas para a execução da última fase da União Económica e Monetária.

Após um período de circulação simultânea de 2 meses, o escudo perdeu o seu valor jurídico a 28 de fevereiro de 2002, sendo substituído na totalidade pela nova moeda.



A preparação para a introdução do euro foi realizada por meio da acção concertada de vários organismos e instituições da Administração Central e Local, nomeadamente através de:



- ❖ Criação da Comissão Nacional do Euro, a 12 de maio de 2000, pelo Conselho de Ministros, cujos objetivos incidiam sobre a preparação do setor financeiro e público para a transição para a moeda única;
- ❖ Campanha EURO 2002, do Banco de Portugal, que incluiu a realização de conferências, distribuição de materiais informativos sobre a nova moeda (procedimentos, imagem das novas notas e moedas) e sobre as entidades responsáveis.



Crise atual da Zona Euro



Nos últimos tempos, FMI tem sido uma das siglas mais presentes nos discursos dos responsáveis políticos e nas notícias que vêm a público através dos meios de comunicação social.

Com a falência do banco Lehman Brothers em 2008 nos EUA, que originou a atual crise financeira internacional que ainda nos atinge, várias economias sofreram danos graves entrando em declínio acentuado ou até mesmo em situações de falência técnica em alguns casos.

Nesse contexto, vários países com economias frágeis e contas públicas desequilibradas, foram obrigadas a recorrer ao Fundo Monetário Internacional, no sentido de ultrapassar as dificuldades a que se viam obrigadas a fazer face. São exemplos recentes os casos da Grécia, da Irlanda e Portugal, países da Zona Euro.

A estrutura da Zona Euro, enquanto união monetária, sem união fiscal (impostos e regras de pensões públicas diferentes) contribuiu para a crise e limitou a capacidade dos líderes europeus para encontrar respostas. Esta situação é reforçada pelas preocupações relativamente à solvência dos sistemas bancários europeus, dado estes possuírem quantidades significativas da dívida soberana públicas.

Em resultado da crise e com o objetivo de a ultrapassar, os ministros das finanças europeus aprovaram a criação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE) enquanto o Banco Central Europeu tratou de reduzir as avassaladoras taxas de juro. Ao longo destes anos, foram feitos muitos protestos populares contra as medidas de austeridade adotadas na Zona Euro. Neste período, construíram-se duas perspectivas acerca da crise.

A visão dominante propõe uma naturalização despolitizada da crise: medidas regulatórias são apresentadas não como decisões baseadas em escolhas políticas, mas como imperativos de uma lógica financeira neutra. Já segundo a visão dos trabalhadores, pensionistas e estudantes - aqueles que protestam nas ruas - as medidas de austeridade constituem uma nova tentativa do capital financeiro internacional para desmantelar o que resta do estado social.

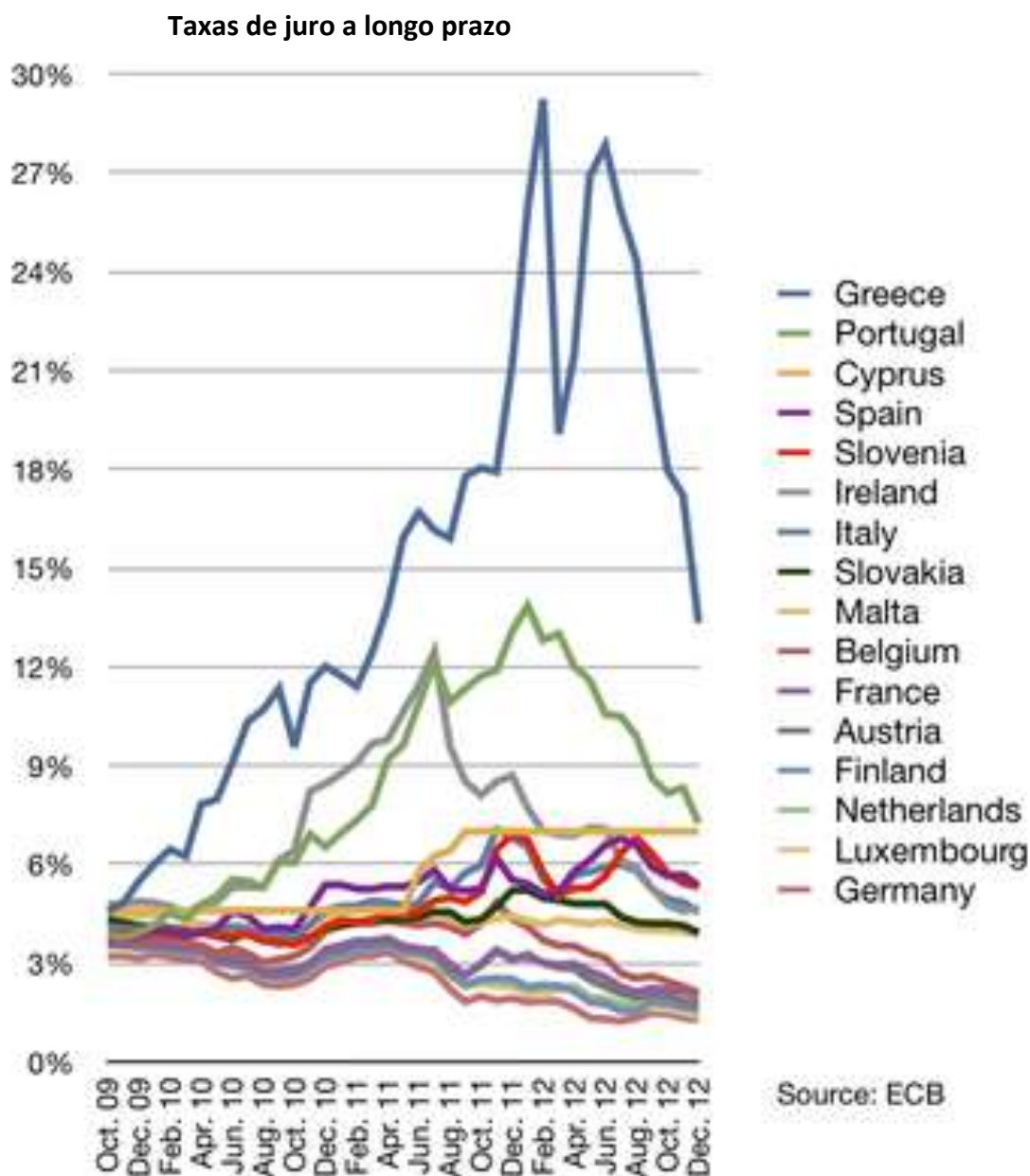


FIG.4 – Crise da dívida pública da Zona Euro por país.

Crise atual da Zona Euro – Que Futuro?

Segundo a Comissão Europeia, uma solução abrangente para a crise da zona euro terá de englobar várias componentes fundamentais:

❖ A reforma e recapitalização do sistema bancário:

O tratado de Maastricht previu apenas desequilíbrios no setor público; mas os excessos no sector bancário privado têm sido bem mais graves. A introdução do euro levou a uma explosão do setor imobiliário em países como a Espanha e a Irlanda. Os bancos da zona Euro tornaram-se dos mais endividados do mundo e continuam a ter necessidade de proteção dos riscos das suas contrapartes. Uma agência de supervisão bancária poderosa a nível europeu poderia acabar com a relação incestuosa entre bancos e agentes reguladores, interferindo mais nas políticas fiscais e menos na soberania de cada nação.



❖ Uma agenda económica reforçada com uma maior supervisão por parte da União Europeia:

Fazem parte desta vertente as prioridades e objetivos adotados ao abrigo da estratégia Europa 2020, os compromissos adicionais assumidos pelos Estados-Membros que participam no "Pacto para o Euro+", uma supervisão mais rigorosa das políticas económica e orçamental por parte da UE, quer no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento quer através da criação de novos instrumentos para fazer face aos desequilíbrios macroeconómicos e, por último, um novo método de trabalho – o Semestre Europeu – que permitirá analisar as prioridades económicas e orçamentais todos os anos na mesma altura.

❖ Medidas para preservar a estabilidade da zona euro:

Em 2010, a UE reagiu à crise da dívida soberana através da criação de mecanismos temporários de apoio para os seus Estados-Membros, que serão substituídos em 2013 pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade permanente (MEE). Estas medidas de apoio estão sujeitas a uma rigorosa consolidação orçamental e à execução de programas de reforma, sendo aprovadas em estreita cooperação com o FMI.

❖ Medidas para sanear o sector financeiro:

A UE criou novas regras e agências para prevenir eventuais problemas e assegurar que todos os agentes financeiros estão devidamente regulamentados e supervisionados. Serão tomadas medidas suplementares, nomeadamente a realização de testes de resistência aos bancos de forma mais sistemática e rigorosa. A existência de um sector financeiro sólido é fundamental para permitir o acesso das empresas e das famílias ao crédito.



Segundo Durão Barroso (Presidente da Comissão Europeia), “A Europa é olhada com desconfiança, as palavras Europa e crise aparecem muitas vezes associadas”, lembrou Barroso, na conferência comemorativa dos 40 anos do Expresso. “A crise financeira não foi gerada pela União Europeia, mas sim por dívidas insustentáveis criadas pelos governos e falhas na supervisão bancária. A crise não começou na Zona Euro e atinge países que não são da Zona Euro”.

O presidente da Comissão Europeia acrescentou ainda que “o euro continua a ser uma moeda estável e forte”. “**A União Europeia é uma vítima da crise, não é o problema, é parte da solução**”.

Durão Barroso destacou o receio da saída da Grécia do euro. “A Grécia manteve-se no euro”, acrescentando que “a ameaça existencial ao euro está ultrapassada”. No entanto, “é imperioso que mantenhamos o rigor orçamental”, avisou.

Outro dos alertas deixados pelo presidente da Comissão Europeia foi a necessidade de reforçar a **união política** na Zona Euro, para que não perca relevância no cenário internacional.

Negócios Online, 7 de Abril de 2012

Conclusão



A zona euro compreende a área formada pelo conjunto dos Estados-Membros que adotaram o euro como moeda oficial, e engloba actualmente 17 países, todos juntos numa União Económica e Monetária – o Euro. Apesar de não ser a moeda oficial de todos os Estados-Membros, o euro é considerado um dos símbolos da identidade europeia. Para além dos países membros, o euro também é usado como moeda paralela noutros países de maneira a facilitar trocas.

Nos últimos anos, a crise da Zona Euro tem sido observada atentamente por políticos e economistas que pouco a pouco, vão tentando salvar e viabilizar esta União. Esta crise, é proveniente da rutura de um banco Americano (Lehman Brothers) que resultou numa dissipação da crise internacional. Rapidamente, os ministros de cada país tomaram medidas para a regularização da dívida soberana, que se foram prolongando até aos dias de hoje. Vários países como a Grécia, a Irlanda e Portugal tiveram de recorrer ao Fundo Monetário Internacional e ao BCE, de modo a recuperarem a sua situação financeira.

Medidas e soluções têm vindo a ser apresentadas como a recapitalização dos sistemas bancários, a criação de uma agenda económica reforçada e controlada pela União Europeia, medidas para estabilizar a economia da Zona Euro e medidas para sanear o setor financeiro que se revelam bastante promissoras.

Em suma, a Zona Euro revelou-se no início como algo vantajoso para os países que aderiram. Como tal, deve ser preservada e cada vez mais potencializada pelos políticos e economistas, através das medidas anteriormente referidas, evitando que aos poucos os países vão abandonando esta Zona, o que tornará mais frágil a consolidação da própria União Europeia.



“A Europa chegou a um momento tal que, se não quer cair na irrelevância, tem de aprofundar a integração, nomeadamente em termos políticos.”

Durão Barroso

Fontes:

❖ Portal Oficial da União Europeia; Eurocid; Banco de Portugal; GEOblog – ESAS; Banco Central Europeu; Youtube; Imagens e Notícias - Google

PORTUGAL

Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, e imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!
Desfralda a invicta Bandeira,
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu
Beija o solo teu jucundo
O Oceano, a rugir d'amor,
E teu braço vencedor
Deu mundos novos ao Mundo!
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!
Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir,
Seja o eco de uma afronta
O sinal do ressurgir.
Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm,
Contra as injúrias da sorte.
Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar
Contra os canhões marchar, marchar!



Portugal, oficialmente República Portuguesa, é um país situado no sudoeste da Europa, cujo território se situa na zona ocidental da Península Ibérica e em dois arquipélagos no Atlântico Norte. Possui uma área total de 92.391 km² e é a nação mais ocidental do continente europeu. O território português é delimitado a Norte e a Leste por Espanha e a Sul e Oeste pelo Oceano Atlântico e compreende a parte continental e as regiões autónomas: os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Durante os séculos XV e XVI, Portugal foi uma potência mundial económica, social e cultural, constituindo-se o primeiro e o mais duradouro império colonial de amplitude global.

É hoje um país desenvolvido, social e politicamente estável e com Índice de Desenvolvimento Humano elevado. Encontra-se entre os 20 países do mundo com melhor qualidade de vida, apesar de o seu PIB per capita ser o menor entre os países da Europa Ocidental e enfrentar, hoje, uma crise económica e financeira sem precedentes no seu passado recente.

Localização Geográfica

- Absoluta: Situado no sudoeste da Europa, entre os paralelos 37º e 42º de latitude norte e os meridianos 6º e 9.5º oeste de Greenwich.
- Relativa: Portugal situa-se no Sudoeste da Europa e a Oeste da Península Ibérica; os Açores a Oeste de Portugal Continental e a Madeira a Sudoeste de Portugal Continental.
- É limitado a norte e a este pela Espanha (1215 km de fronteira) e a sul e oeste pelo Oceano Atlântico (700 km de costa).

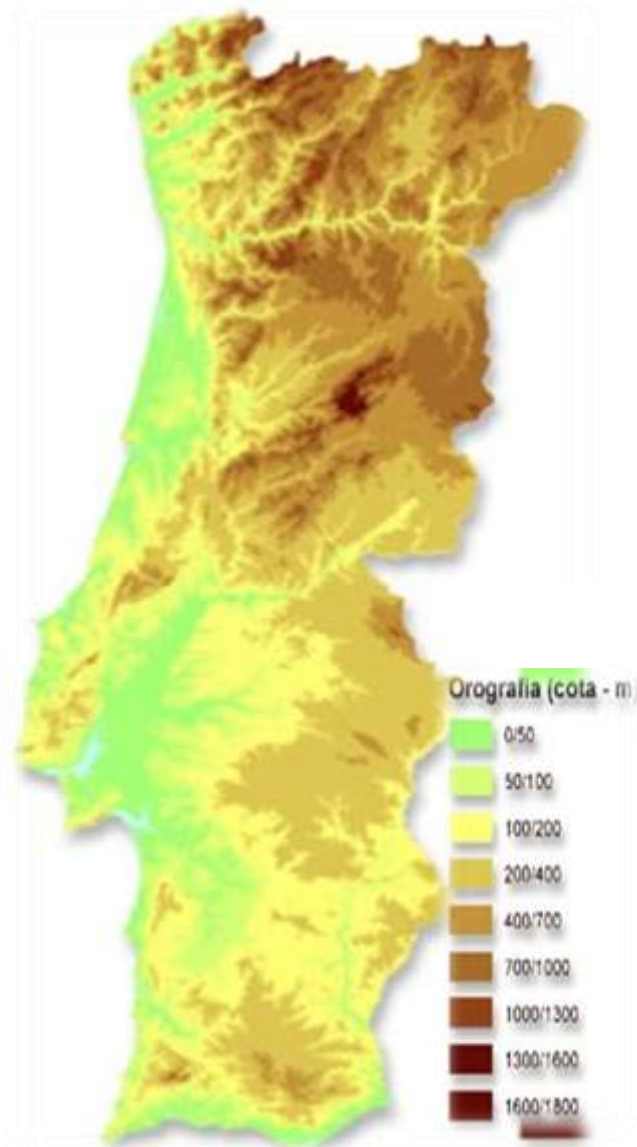


Geografia física do país

Relevo

Ordem	Distrito\Região	Ponto	Altitude (m)
1	Açores	Montanha do Pico	2.351
2	Guarda	Torre (Serra da Estrela)	1.993
3	Madeira	Pico Ruivo	1.862
4	Castelo Branco	Covilhã	1.579
5	Vila Real	Pico da Nevosa (Serra do Gerês)	1.548
6	Braga	Carris (Serra do Gerês)	1.507
7	Coimbra	Pico de Cebola (Serra do Açor)	1.418
8	Viana do Castelo	Pedrada (Serra de Soajo)	1.416
9	Porto	Serra do Marão	1.415
10	Viseu	Serra de Montemuro	1.382

Mapa hipsométrico de Portugal



Alguns dos pontos mais altos de Portugal



Pico, nos Açores



Parque natural da serra da Estrela

O clima

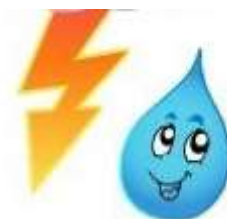
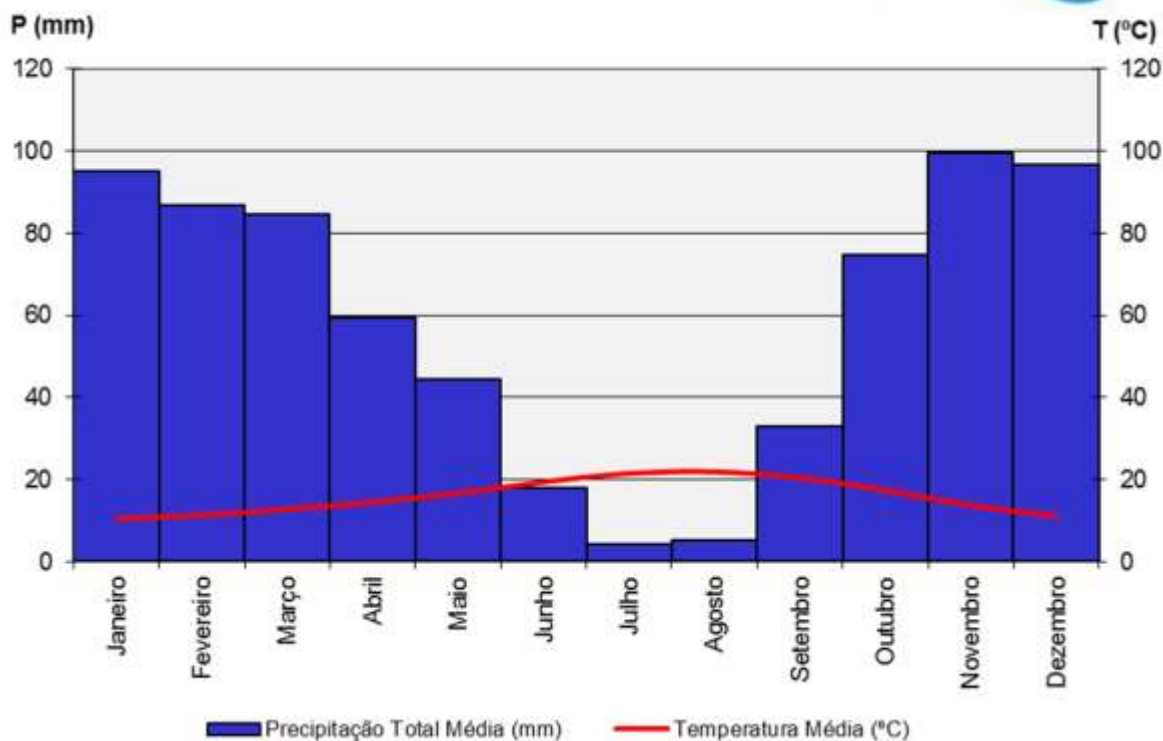


Gráfico termopluviométrico de Lisboa (Portugal)



Fonte: World Climate

Temperatura média anual	15,9 °C
Precipitação total	701,9 mm
Temperatura máxima	22 °C
Temperatura mínima	11 °C
Amplitude térmica anual	11 °C

Portugal apresenta um clima temperado mediterrâneo no centro e sul do país, sofrendo influência marítima no litoral norte e, continental no interior norte.

Vegetação natural

“A disposição em latitude do território português origina várias áreas de vegetação potencial, cuja distribuição se faz fundamentalmente de acordo com a temperatura e com a pluviosidade.

Devido sobretudo a estes dois elementos encontramos duas regiões de vegetação e várias áreas de transição, que correspondem também a transições climáticas. As duas regiões são: a caracteristicamente Atlântica, a Norte, com espécies de folhagem caduca típicas da Europa Oceânica e que encontram em Portugal o seu limite meridional, e a Mediterrânica, a Sul, onde predominam espécies de folha persistente e com adaptações xerófitas, características da bacia do Mediterrâneo.” In ATLAS de PORTUGAL

Carvalho



Choupo



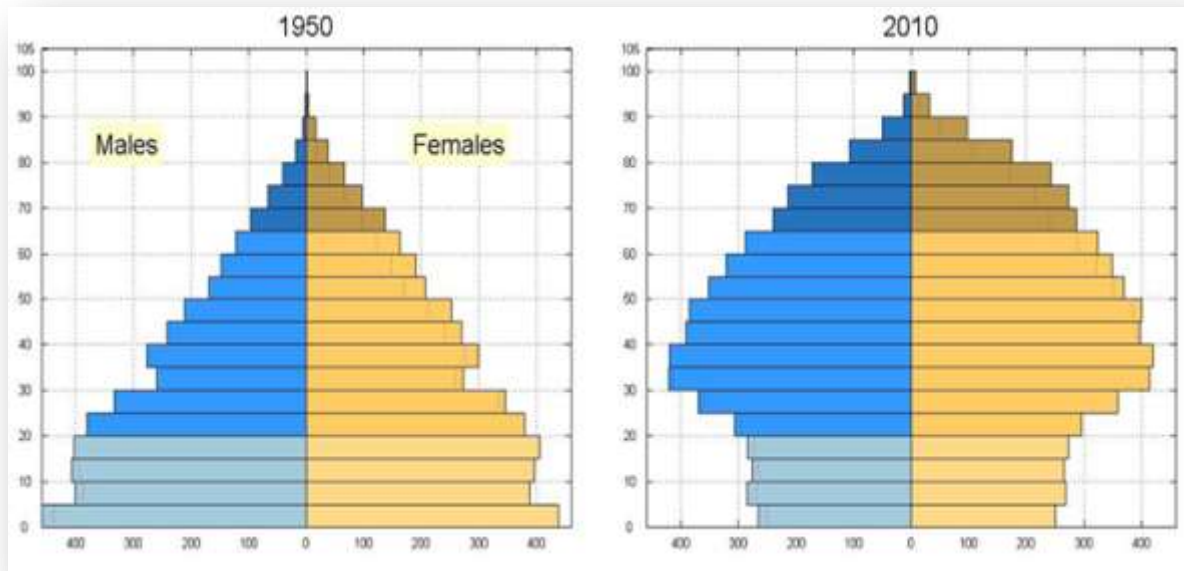
Sobreiro

Geografia humana

População - Estrutura etária



A população portuguesa tem sido caracterizada por alterações na proporção dos grupos etários, sobretudo na proporção dos jovens (diminuição) e dos idosos (aumento).



É uma população envelhecida.

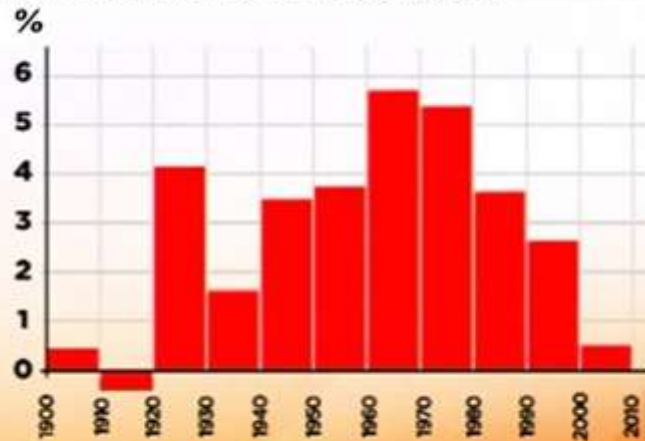
Fonte: [Pordata](#)

Anos	Crescimento Natural ‰	Taxa de Natalidade‰	Taxa de mortalidade‰
1950	13.4	24,1	10.7
2010	-0.4	9,6	10.0



Economia – alguns dados para analisar e refletir ...

Crescimento da Economia portuguesa

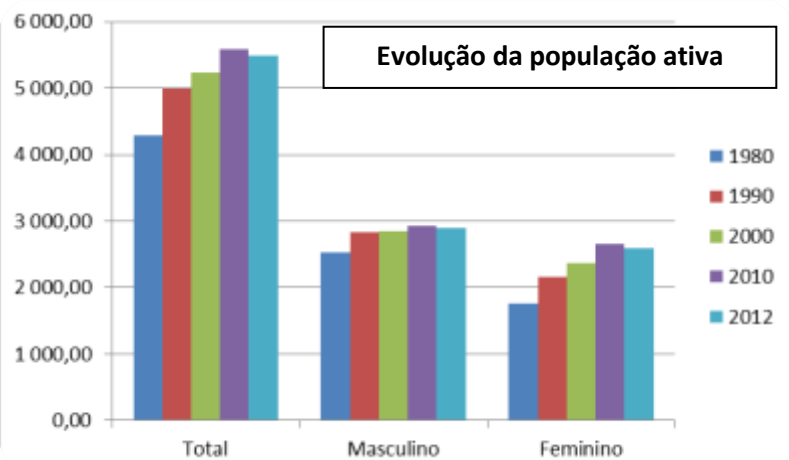


Decénios 1990 a 2010

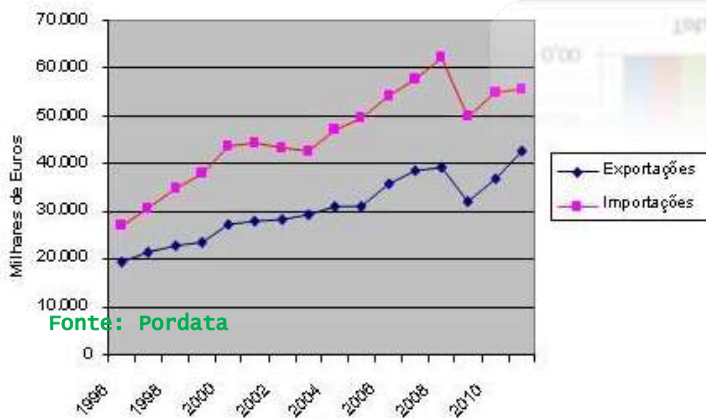
dados: Silva Lopes, autor: Medina Carneira



População ativa



Balança Comercial (Bens)

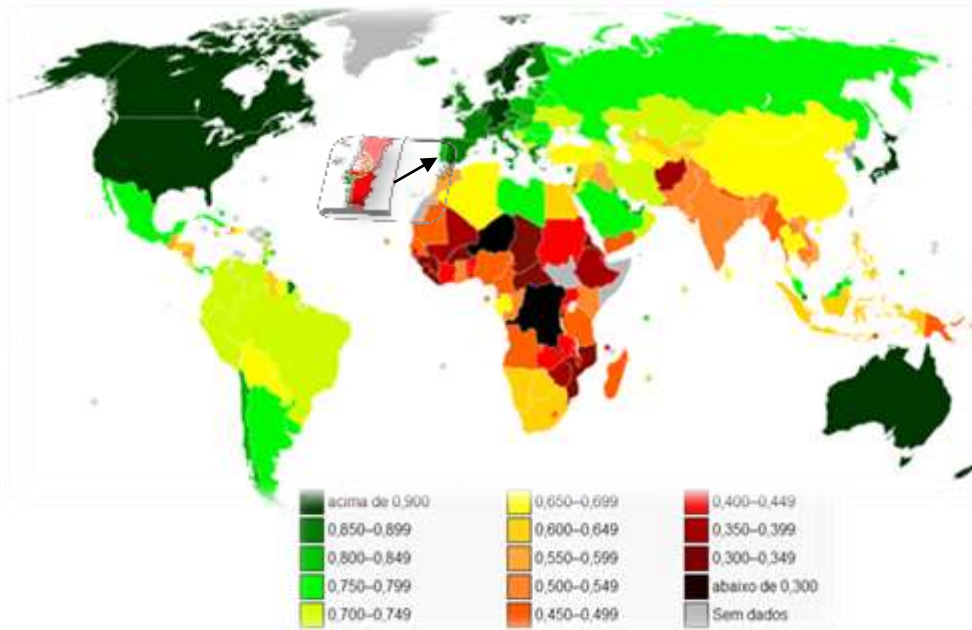


Fonte: Pordata

Balança Comercial

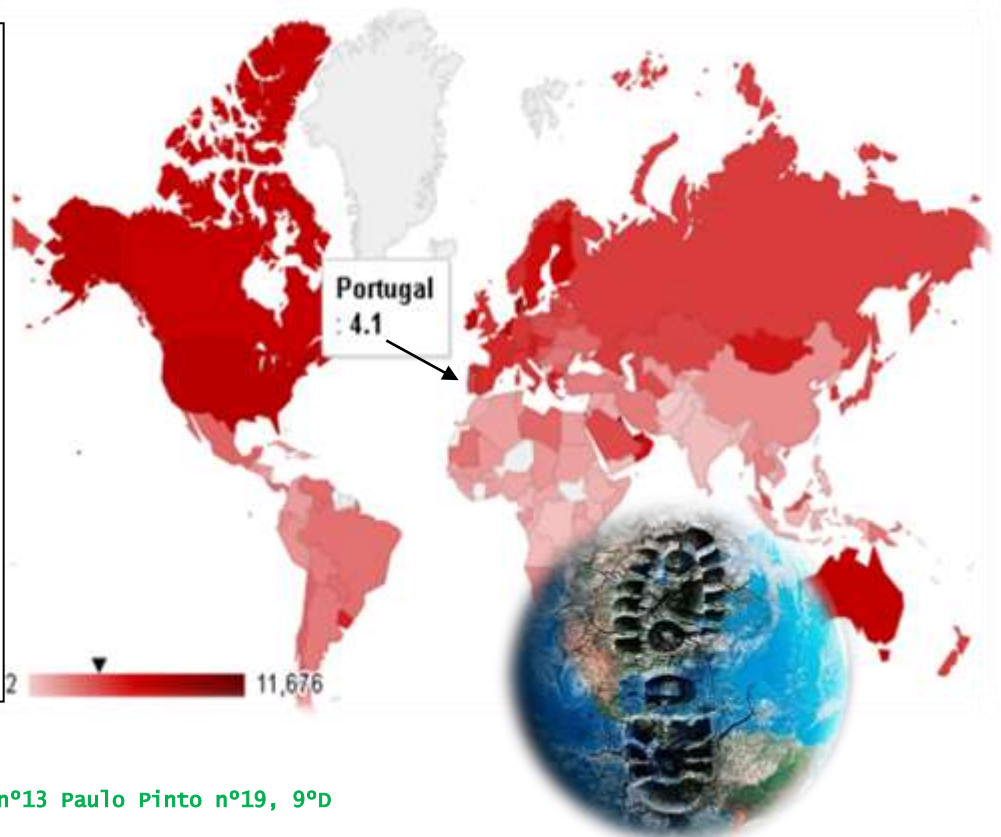


Valores do IDH e da Pegada Ecológica obtidos em 2011



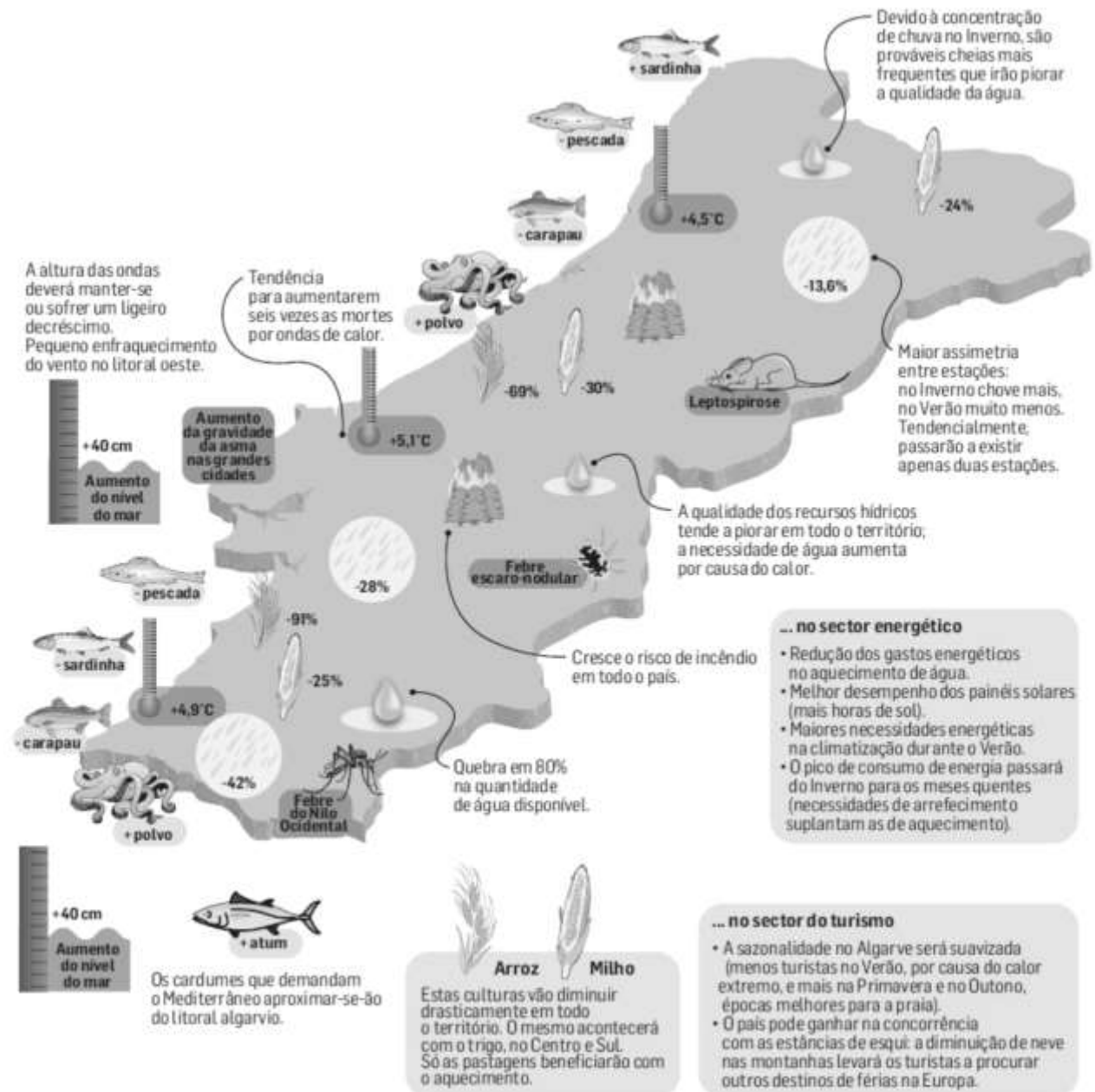
No cálculo do **IDH**, Índice de Desenvolvimento Humano, são computados os seguintes fatores: **educação** (taxas de alfabetização e escolarização), **longevidade** (expectativa de vida da população) e **rendimento** (PIB per capita). O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

A Pegada Ecológica é um indicador que procura avaliar a sustentabilidade dos territórios, comparando a utilização dos serviços e recursos naturais com a capacidade que a Natureza tem para efetuar a sua reposição. Por outras palavras, traduz em hectares (ha) a área em média que um cidadão ou sociedade necessitam para suportar as suas exigências diárias.



Ana Vilaça nº2
 Eduarda Silva nº12
 Elisabete Anunciação nº13 Paulo Pinto nº19, 9ºD

CONSEQUÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL EM PORTUGAL CONTINENTAL (previsão até 2100)



Adaptado de: Visão, 25 de Outubro de 2007.



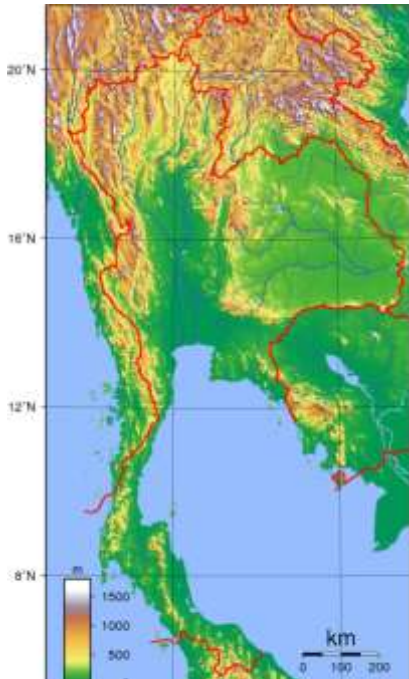
OUTROS PAÍSES ...



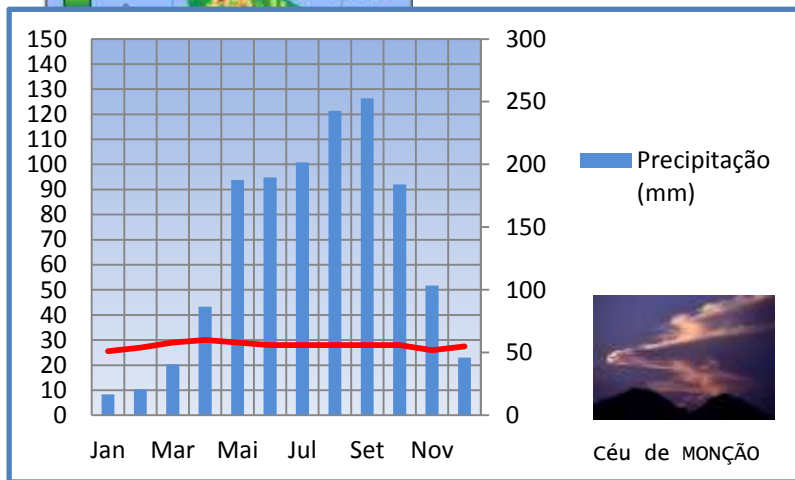
A TAILÂNDIA EM IMAGENS / MAPAS ...

Mafalda, 9º B

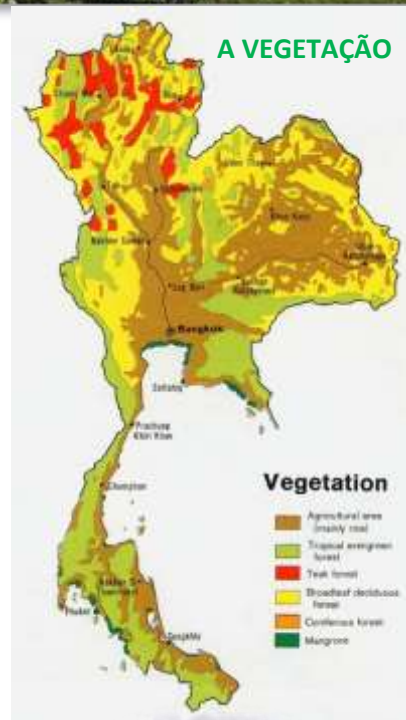
O relevo



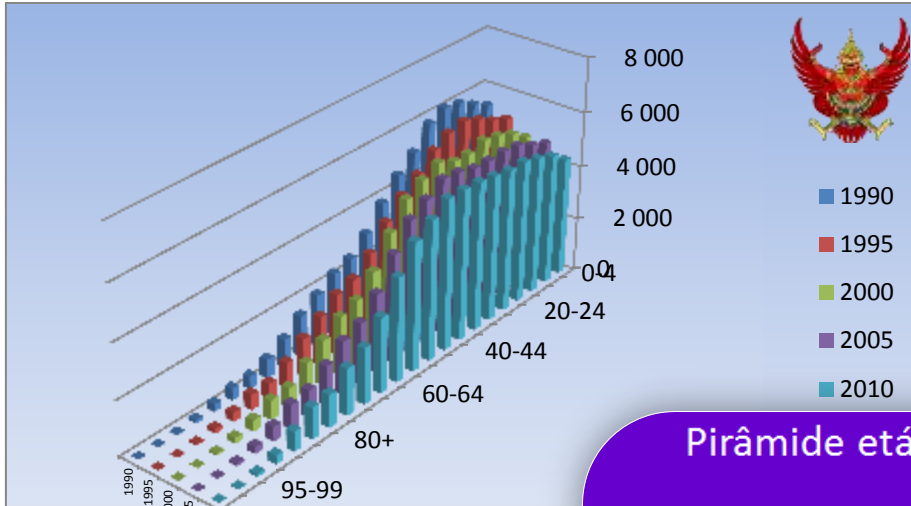
O CLIMA



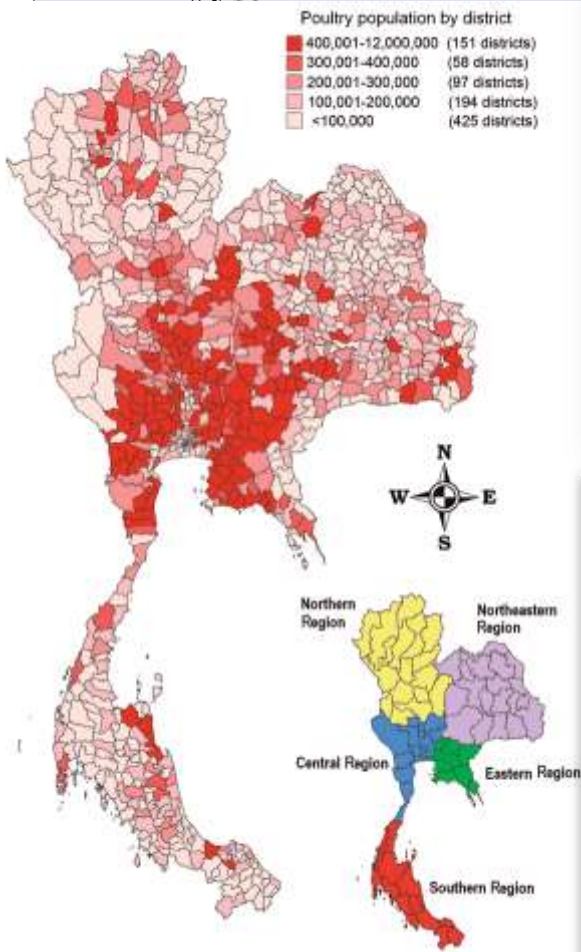
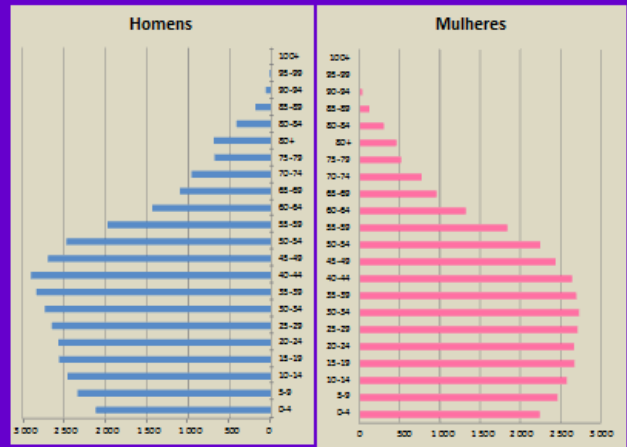
A VEGETAÇÃO



Evolução da População

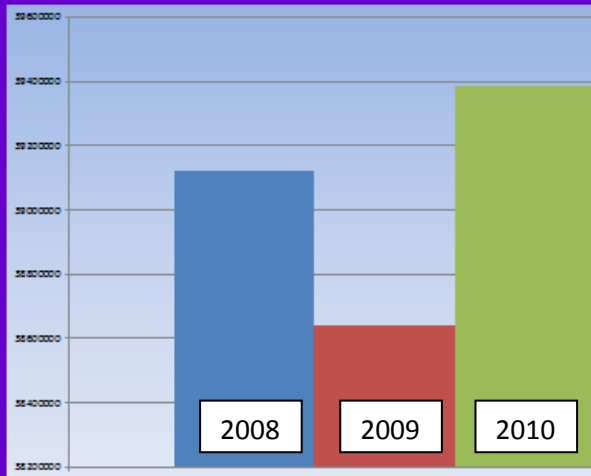


Pirâmide etária da Tailândia

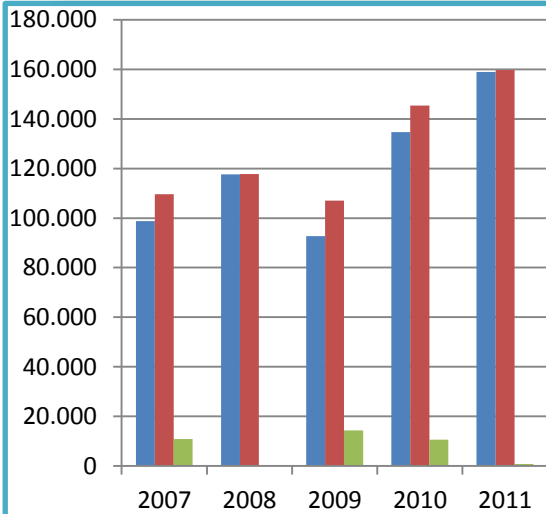


Fontes: http://en.wikipedia.org/wiki/Economy_of_Thailand
http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2006/september/tradoc_113454.pdf
<http://www.tmd.go.th/en/climate.php?FileID=7>
<http://www.thailand.climateemps.com/>

População Ativa



O Turismo



- Importações (milhões de euros)
- Exportações (milhões de euros)
- Balança comercial (milhões de euros)



http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c1/Thailand_Topography.png
<http://worldpopulationreview.com/thailand-population-2012/>
http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Desenvolvimento_Humano
<http://www.un.org/esa/population/>
<http://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTLIN>, Google, imagens

Ivo Silva nº15, João Morais nº17,
Rui Ferreira nº20, Rui Magalhães nº21 - 9ºD

Jamaica

Situada nas Caraíbas, a 145 km a sul de Cuba, a Jamaica foi descoberta por Cristóvão Colombo a 3 de maio de 1494, facto que permitiu à Espanha reclamar a posse da ilha. A ilha foi mais tarde conquistada pelo Reino Unido em 1670. A colonização inglesa, tornou a colónia na maior exportadora de açúcar, fazendo com que esta ganhasse cada vez mais poder económico. A 6 de Agosto de 1962, tornou-se completamente independente, juntando-se nesse ano à Comunidade Britânica. O país é actualmente gerido por uma monarquia parlamentarista, cujo chefe de estado é a Rainha Isabel II do Reino Unido.



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA:

Relativa ↓

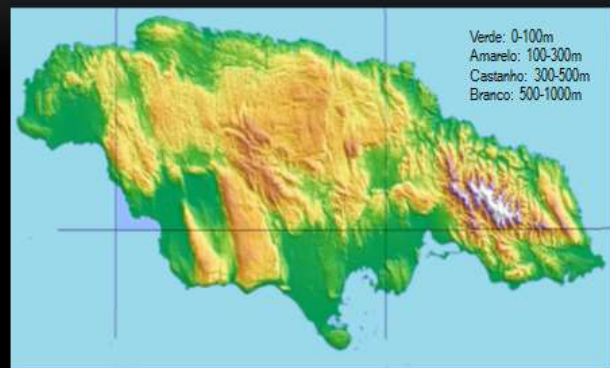


Absoluta ↓

18º-15' N,
77º-30' O

RELEVO:

É mais acentuado na zona interior da ilha do que nas zonas costeiras.



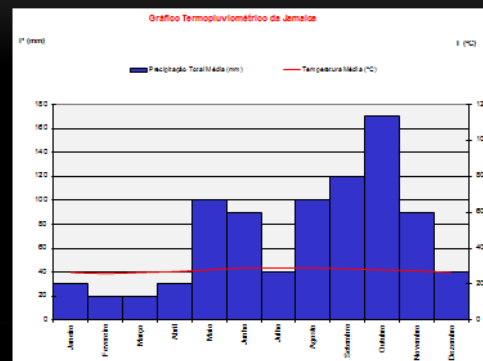
HIDROGRAFIA:

Rica em cursos de água, como rios e cascatas; exemplo disso é a "Blue Lagoon".



CLIMA:

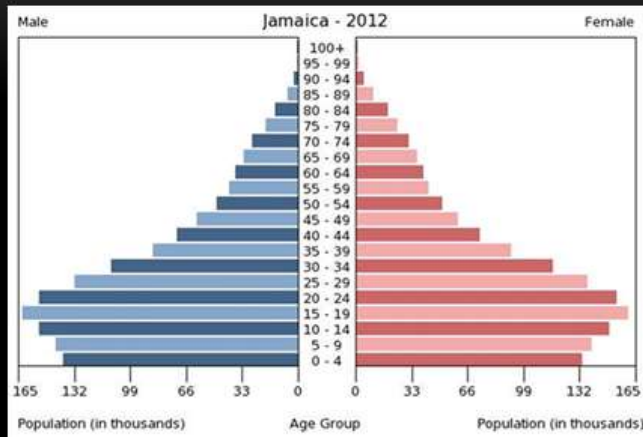
O clima no país é tropical húmido, com temperaturas que variam entre 25°C e 38°C.



A Flora



DEMOGRAFIA DO PAÍS



ECONOMIA

AGRICULTURA:

Concentra-se na plantação de cana-de-açúcar e na plantação de café, sendo estes os principais produtos agrícolas jamaicanos.



INDÚSTRIA:

É composta principalmente pela indústria mineira com a extração de bauxite.



SERVIÇOS:

A Jamaica atrai milhões de turistas pelas suas paisagens exuberantes, praias, florestas, etc.



COMÉRCIO:

O comércio baseia-se na exportação dos seus produtos agrícolas, dos seus minérios, de serviços como o turismo e da sua indústria.



IDH:

IDH é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de desenvolvimento humano, cujo cálculo é efetuado através de taxas demográficas de um país, rendimento, etc. Com o IDH é possível classificar os países tendo estes um desenvolvimento alto, médio ou baixo. O IDH Jamaicano é de 0,757 (país de IDH médio).



PEGADA ECOLÓGICA:

A pegada ecológica Jamaicana é de 1,7²⁰¹² ⁽¹⁹⁹⁹⁾. Refere-se à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações actuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população.



Já imaginou qual o impacto da sua PEGADA?



Calcula a tua pegada em

http://www.gesamb.pt/upload/gesamb/img/Pegada_Ecologica.pdf



O QUE AUMENTA A PEGADA?



Alimentação: consumo de carne e outros alimentos de origem animal;

Consumo: uso de embalagens descartáveis sem as reciclar;

Transportes: viagens frequentes de avião, uso de automóvel;

Energia: lâmpadas obsoletas e electrodomésticos sempre ligados ...

O QUE DIMINUI A PEGADA?



Alimentação: maior proporção de vegetais na dieta;

Consumo: reutilização e reciclagem;

Transportes: dar preferência ao transporte colectivo, a pé ou de bicicleta;

Energia: lâmpadas e aparelhos eléctricos mais eficientes ...

2,8 é a média do consumo actual! O que significa que são necessários **2,5** planetas para sustentar o consumo actual!

Fonte:WWF.org



A TERRA QUE VOCÊ CONSUME

O que é a pegada ecológica
É a fatia da superfície terrestre necessária para produzir os bens e os serviços que sustentam o estilo de vida de uma pessoa ou até de um país. Essa fatia leva em conta os vários tipos de territórios produtivos necessários para gerar o que é consumido e as formas de consumo. Tudo isso é convertido em hectares e, somado, vira a pegada total.

Como é a medida
É dividida de acordo com o impacto nas principais áreas:

BIODIVERSIDADE

A fatia das regiões destinadas à preservação de espécies selvagens afetada pelo consumo

+ CONSTRUÇÕES

A infraestrutura feita pelo homem, como estradas e cidades onde as pessoas vivem ou que são necessárias para seu padrão de vida

+ ENERGIA

Área de solo ou de mar responsável por absorver as emissões de carbono produzidas pelo homem

+ MAR

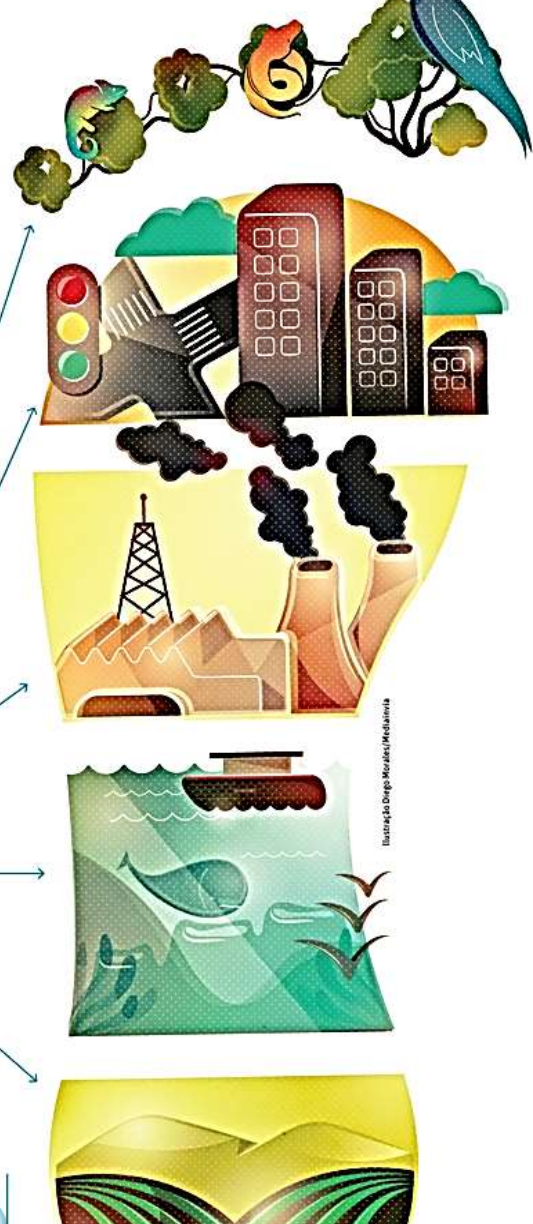
Trecho do oceano usado para pesca e extração de outros produtos marítimos que são consumidos por uma pessoa

+ TERRA

Área usada pela pessoa para o plantio, a criação de animais ou a extração de madeira

= PEGADA ECOLÓGICA

1,8 Padrão Sustentável





Para refletir...

“A cada 3,5 minutos morre uma pessoa de fome no mundo. Cerca de seis mil crianças morrem de sede diariamente. Sem contar os casos de corrupção e o tamanho da destruição na camada de ozônio”, cita Flinto*, que acredita que **o caminho da mudança não está na sustentabilidade como muitos costumam dizer, mas sim na ética**. “Em 2003, o termo mais usual no vocabulário empresarial era Responsabilidade Social. Com o aquecimento global, em 2007, a terminologia foi substituída pela Sustentabilidade. A Ética, no entanto, engloba todos esses preceitos e transpassa os tempos”, garante ele.

*Douglas Flinto, Diretor-Presidente na Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios



Algumas dicas para poluir menos



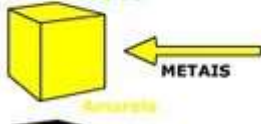
← PAPEIS



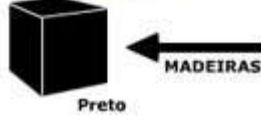
← PLÁSTICOS



← VIDROS



← METAIS



← MADEIRAS

- Separa o lixo doméstico, recicla.
- Fecha sempre os sacos do lixo antes de os colocar no contentor.
- Entrega os eletrodomésticos velhos no ecoponto mais próximo.
- Mantem o recreio limpo, não deites lixo para o chão.
- Reutiliza a folha de papel inutilizada para rascunho.
- Utiliza a folha de papel dos dois lados.
- Prefere produtos biodegradáveis.
- Ao comprar bebidas, prefere as que utilizam garrafas de vidro reciclável.
- Se gostas de fazer piqueniques, cuidado com as fogueiras. No verão nem pensar...
- Reutiliza a água

de lavar os legumes, para regar as plantas.

- Não lances produtos tóxicos, e/ ou restos de óleo queimado pelo esgoto.
- Denuncia as fábricas ou outros que façam descargas de químicos nos rios.
- Reduz o uso das buzinas dos automóveis.
- Minimiza o consumo das energias.
- Prefere os produtos que utilizam menos embalagens.
- Muda – desliga, reduz, recicla e anda a pé!



DECOJovem/ESAS

Posto isto, podemos entender por “urbanização” o processo de afastamento das características rurais de um lugar ou região para características urbanas, geralmente associado ao desenvolvimento da civilização e da tecnologia, entre elas, as infra-estruturas, como água, esgoto, gás, electricidade e/ou serviços urbanos como transporte, educação, saúde e etc.

Entre as várias causas para este crescimento urbano intenso, podemos destacar o êxodo rural, ou seja, o deslocamento das pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas, vulgarmente associada à procura de melhores condições de vida e aumento de bem-estar e, também, o facto de as principais atividades económicas se localizarem nas cidades (indústrias, serviços, empresas,...), tornando-se, assim, zonas muito atrativas para a população. Por outro lado, temos também o crescimento descontrolado das taxas de natalidade, principalmente nos países menos desenvolvidos, que provocam o aumento do crescimento natural e, conseqüentemente, da população urbana.

Deste modo, o aumento exacerbado da urbanização leva a graves problemas a nível ambiental, os quais, nos vão afectando cada vez mais e que têm de ser resolvidos, uma vez que, rapidamente, as economias de aglomeração são substituídas pelas deseconomias.

Assim, para minimizar os impactos ambientais decorrentes desta alta urbanização podemos apontar várias medidas, tais como:

- Acelerar o desenvolvimento dos centros secundários, isto é, dinamizar as áreas periféricas de modo a tornarem-se mais atrativas e vantajosas para a população, incentivando a redução das disparidades regionais em termos económicos e sociais, de modo a diminuir os fluxos migratórios em direção às cidades;
- Construir de parques nos centros urbanos, para que a população urbana possa usufruir de espaços verdes afastando-se da poluição e stresse que a cidade transmite. Em Portugal, já existem alguns destes parques, entre outros, o Parque da Cidade, no Porto, o Parque da Bela Vista, em Lisboa;
- Criar ciclovias nas cidades, de modo a incentivar a população a usar bicicletas em detrimento dos carros, diminuindo, assim, consideravelmente a poluição urbana.



São múltiplos os aspetos a nível ambiental que contribuem para a vulnerabilidade da população com menos recursos, como por exemplo, a poluição da água e do ar que origina doenças, as quais incapacitam a população de trabalhar e de usufruir dos seus rendimentos. Para além disso, é de realçar que as condições ambientais condicionam atividades como a pesca, a agricultura, a exploração de florestas, entre outras, das quais depende grande parte da população mais pobre.

Cerca de 75% da população dos países pobres – 1,3 biliões de pessoas – depende de setores económicos vulneráveis às condições ambientais.

Por outro lado, não nos podemos esquecer de que a intensa urbanização prejudica toda a população, na medida em que afeta a sustentabilidade ambiental e a preservação dos recursos, dado que as cidades tornam-se a principal fonte de degradação ambiental, resultado do seu peso demográfico, dos padrões de consumo e de mobilidade que lhe estão associados.

Relativamente às populações rurais, os padrões de consumo urbano são consideravelmente mais



elevados, caracterizando-se, assim, pelo crescente consumo de recursos, entre eles, os combustíveis fósseis, a madeira, metais, alimentos e produtos industriais. Também não nos podemos esquecer de que a urbanização é altamente prejudicial para o meio ambiente, dado caracterizar-se por uma grande construção de infra-estruturas como barragens, prédios, estradas, etc., que levam à impermeabilização dos solos, à ocupação de áreas de risco, à perda de solos produtivos bem como à desflorestação. Ora, isso

aliado aos congestionamentos de tráfego, aos elevados consumos energéticos e à pouca preocupação das pessoas com o meio ambiente torna os centros urbanos, completas zonas de grande poluição sonora, atmosférica e visual .

Assim, torna-se fundamental falar do conceito que tem vindo a surgir nos últimos anos: “Cidade Sustentável”. Entende-se por cidade sustentável, aquela que está organizada de modo a que todos os seus habitantes possam satisfazer as suas necessidades básicas e aumentar o seu bem-estar sem pôr em risco o mundo natural ou as condições de vida dos outros, tanto agora como no futuro. Apostar no desenvolvimento de cidades sustentáveis pode e deve também ser considerada uma solução a seguir para combater os problemas que resultam da alta percentagem da urbanização atual.



Ana Sofia Cerdeira Gonçalves nº2
 Ana Sofia da Silva Pereira nº93
 Karolina Hodor nº23 12º E



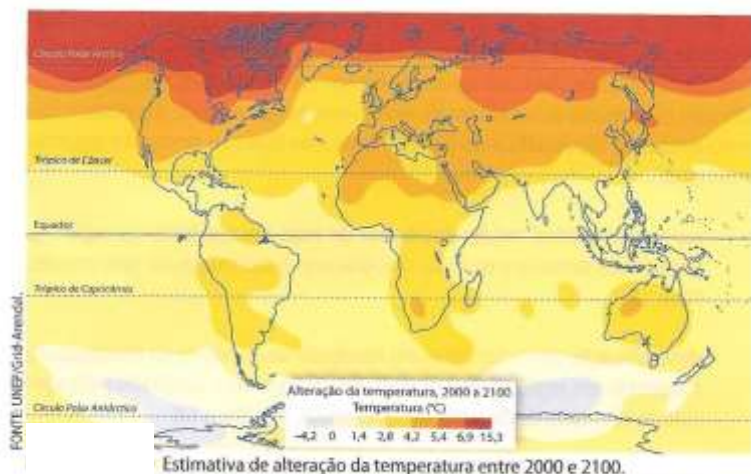
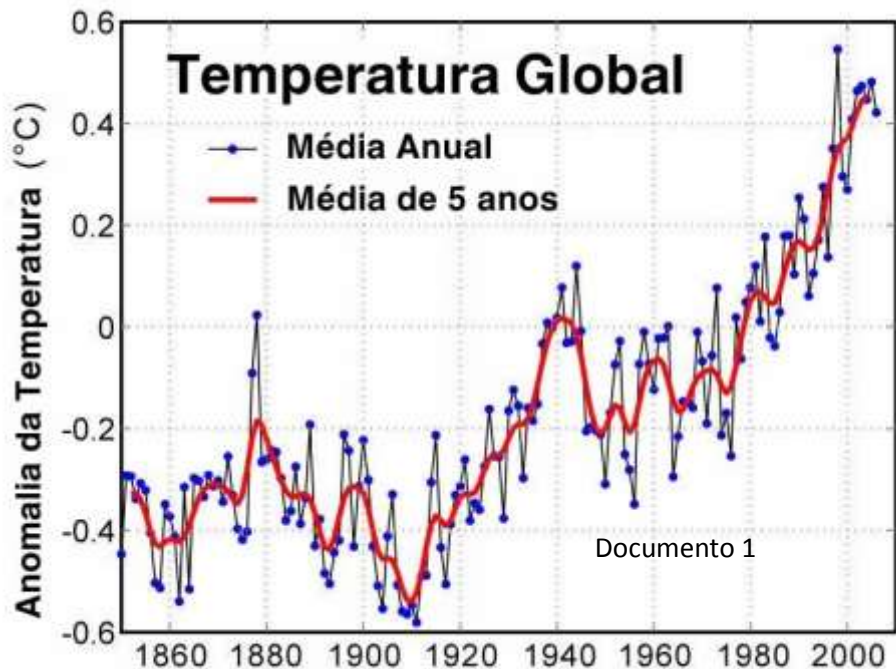
O AUMENTO DA TEMPERATURA GLOBAL

Desde o início do século xx que a temperatura global tem aumentado frequentemente devido, essencialmente, à acção do homem.

Trabalho realizado por: Cláudia Correia, nº 6, João Godinho, nº 15, 12ºE

Como podemos comprovar pela observação do documento 1 da variação da temperatura ao longo dos anos, esta tem vindo a aumentar e a apresentar algumas oscilações desde a primeira década de 1900. O primeiro pico deu-se entre 1920 e 1960 e a média anual registou valores entre os -0.6°C em 1920, atingindo o seu máximo em 1940 com 0.2°C , voltando a descer para os -0.4°C em 1960. A partir daí, a média anual foi sempre aumentando, atingindo o seu segundo pico entre 1970 e 2000, com a tendência para continuar a aumentar.

Da estimativa da alteração da temperatura entre 2000 e 2100 conclui-se que o hemisfério que apresenta maior aquecimento global é o norte, que atingirá os $15,3^{\circ}\text{C}$ no Círculo Polar Ártico e, à medida que descemos em latitude verificaremos uma descida dos valores que atingirão números negativos no Círculo Polar Antártico.



Todas estas alterações devem-se, tanto, a causas naturais como, humanas. Contudo, as mais significativas continuam a ser de ordem antropológica, como, por exemplo, o aumento dos gases de efeito de estufa, a desflorestação, a diminuição da camada do ozono e o maior consumo energético, provocados pela intensa expansão dos centros urbanos e pelo desenvolvimento dos transportes e indústrias.



Fonte: Google Imagens

Por todos estes motivos, actualmente, já



Fonte: Google Imagens

estamos a verificar um aumento da temperatura global e do nível médio das águas do mar, bem como a desertificação, o aumento das catástrofes naturais e alterações do ciclo hidrológico.

Se a acção do homem não se modificar futura e rapidamente, continuaremos a pôr em risco o equilíbrio do nosso planeta. Como tal, é fundamental encontrar soluções sustentáveis que visem, por exemplo, minimizar a utilização dos recursos não renováveis, fomentar o diálogo global entre as nações para objectivos comuns, construir prédios com implantação de sistemas que visem economizar energia (uso da energia solar para aquecimento da água e refrigeração) e por fim, utilizar racionalmente todos os recursos.

As perspectivas futuras são desmotivantes se tivermos em conta o intenso aumento da população e a incapacidade financeira e tecnológica dos países em desenvolvimento que não controlarão o lançamento de gases resultantes do consumo de energia, da desflorestação e da queima de gás natural.

Em suma, a temperatura tem vindo a aumentar devido à acção do homem, trazendo consequências prejudiciais para a vida humana. No entanto, o mundo tem-se organizado para encontrar soluções eficazes para o retrocesso desta situação, como por exemplo, o Protocolo de Quioto, que tinha como objetivo diminuir as emissões de gases de efeito de estufa punindo os países infractores.



Para um desenvolvimento sustentável e para



que as temperaturas não continuem a aumentar para níveis extremos, é importante que toda a gente tenha um papel ativo na sua regulação. Para isso, torna-se urgente que a população mundial mude os seus hábitos diários e comece, por exemplo, a usar mais transportes públicos, a reciclar o lixo doméstico diariamente, a utilizar carros ecológicos, entre outras medidas que possibilitarão a redução das alterações climáticas.

Bibliografia:

DOMINGOS, Cristina, Jorge Lemos, e Telma Canavilhas. Geografia C. Plátano Editora

Os Veículos Amigos do Ambiente

Os meios de transporte são uma forma útil de nos deslocarmos diariamente, mas há cada vez mais transportes, terrestres, marítimos e aéreos e são uma forte causa da poluição no Mundo. Neste trabalho a nossa meta é mostrar os objetivos futuristas para os veículos terrestres, que não poluem o Ambiente. Nos dias que correm uma das principais preocupações a nível global é o ambiente e a poluição. Estudos realizados por cientistas apontam cenários devastadores a curto e médio prazo e cada vez mais, associações e organizações ambientais e não só lançam campanhas com o objetivo de diminuir a poluição no planeta e conseguir assim preservar o ambiente e a vida na Terra.

O transporte de passageiros em automóveis, o de carga por veículos terrestres e marítimos e o aéreo em geral estão a aumentar a cada dia que passa em todo o mundo, em função do



crescimento da economia mundial, o que resulta no aumento da mobilidade mundial. Esta mobilidade tem contribuído cada vez mais para o aumento das emissões de gases de estufa para a atmosfera.

Hoje em dia e no decorrer dos anos, vale salientar que o transporte rodoviário é o que mais tem contribuído para emissão de gases de estufa para a atmosfera. Esta tendência verifica-se visto que nos últimos anos a qualidade de vida da população mundial tem vindo a aumentar, logo, também tem

aumentado o número de carros por família que resultou num aumento global das mobilidades a nível terrestre.

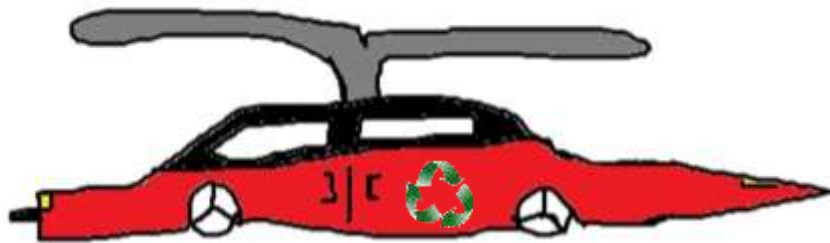
Atentos a esta realidade, os grandes fabricantes de automóveis têm desenvolvido diversas tecnologias alternativas, permitindo disponibilizar no mercado veículos cada vez mais ecológicos. O desenvolvimento de veículos eléctricos é uma das vias que está a ser fomentada. Atualmente, a utilização destes veículos tem-se revelado vantajosa, visto que não poluem o ambiente; são silenciosos; têm menores custos e necessitam de menor manutenção; não pagam imposto de circulação, reaproveitam a energia e ainda proporcionam uma condução agradável. Contudo também revelam certas desvantagens: baterias muito pesadas com pouca duração (6 a 8 horas) e custos muito altos.

A Comissão Europeia propôs acabar até 2050 com os veículos convencionais (gasóleo e gasolina). O objetivo é revolucionar a indústria dos transportes, tornando-a mais competitiva e menos poluente.

Apesar da resistência que ainda existe em relação aos veículos eléctricos, estes carros vão passar a ser uma certeza. Até porque o petróleo é uma forma de energia poluente cujos preços têm tendência a subir, no sentido inverso, a energia eléctrica, com a penetração de fontes de energia renováveis e resultante aumento de eficiência, terá uma propensão para baixar os preços e contribuir para a diminuição dos “atentados diários” ao meio ambiente.

Como será o carro do futuro?

Trabalho Realizado
Por:
Fábio Maia
Inês Almeida
Márcia Teixeira
12ºE



.:PASSAROLA CAR:.

Com a Passarola Car, o ambiente vais ajudar!



Descubra as seis diferenças.



Subida do nível médio das águas do mar

A subida do nível do mar tem vindo a preocupar cientistas e público em geral. Pode-se explicar este fenómeno, com a fusão dos glaciares e dos mantos de gelo da Antárctida, associados ao aumento do volume das águas por aumento da temperatura. O nível do mar que vem a subindo a um ritmo de 2 mm/ano, segundo cientistas dos Estados Unidos e da Austrália, poderá acelerar substancialmente, pondo em risco diversas áreas costeiras, afetando 10% da população mundial. Em suma, existe um consenso de que o nível do mar irá continuar a subir no futuro, mesmo que ocorresse a estabilização imediata das emissões de gases estufa.



Alguns investigadores afirmaram que mesmo que se façam reduções muito significativas de emissão desses gases, elas não serão suficientes para impedir a subida do nível do mar.

Um outro estudo de vários investigadores destaca que as regiões mais vulneráveis estão nos trópicos, em regiões subtropicais nos polos, onde múltiplos impactos podem ocorrer simultaneamente. As áreas mais afetadas serão aquelas em que as cidades se localizam no litoral como por exemplo: os Países Baixos, algumas regiões do Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Dinamarca e Portugal.



A Europa será o continente que irá sofrer mais impactos económicos com a subida do nível médio das águas do mar, apesar de ter uma menor área afetada, pois as principais cidades encontram-se no litoral.

Pode-se concluir que a necessidade de parar a tendência da subida do nível das águas do mar é grande, porque com esta subida tendencial, muitas localidades costeiras irão alterar o seu modo de vida podendo até desaparecer, causando um grande impacto económico. Além disso as nações mais pobres serão afetadas pelos riscos colocados à produção de alimentos elevando significativamente as taxas de subnutrição.

Rúben e Dumitriu, 12º e

Os Recursos do Mar em Perigo



A sobrepesca é um fenómeno que acontece quando a pesca deixa de ser sustentável. Normalmente, a espécie é retirada em grandes quantidades do seu habitat e ainda em pequenas dimensões, não sucedendo a reposição natural da mesma. Muitas vezes as espécies são capturadas ainda em período de ovulação ou em fases anteriores.

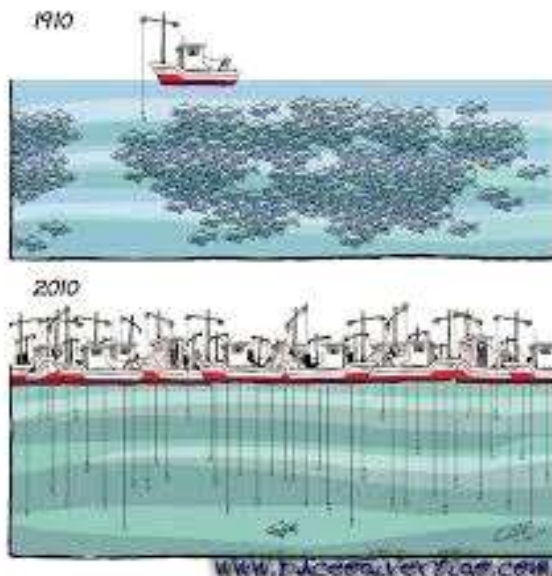
Este fenómeno, acentuado em demasia, poderá levar à extinção de muitas espécies.

Portugal em

2008 foi responsável por 170.053 toneladas de pescado. O peixe tornou-se um elemento primordial para uma alimentação saudável, tornando-se ao mesmo tempo, esta atividade, crucial no desenvolvimento da economia. Dados recentes do INE (Instituto Nacional de Estatísticas) sugerem que este setor tem vindo a perder peso relativo e absoluto na economia, logo o volume de pescado tem diminuído nos últimos anos. Uma das razões que explica isto, é o facto do nosso país em 1986 ter aderido à CEE, atualmente UE, o que veio introduzir alterações no setor da pesca, nomeadamente a definição de quotas e de tamanhos mínimos de desembarque de algumas espécies.

Ao observar esta evolução tanto a nível internacional como nacional, podemos concluir que Portugal tem vindo a reduzir o seu volume de capturas e tem ficado também aquém do objetivo de utilizar a atividade piscatória

como um meio para desenvolver a economia.



QUE FATORES CONTRIBUEM PARA A EVOLUÇÃO DO VOLUME DE PESCADO?

Três das atividades que permitiram a evolução do volume de pescado no mundo foram a aquacultura, a maricultura e a piscicultura.

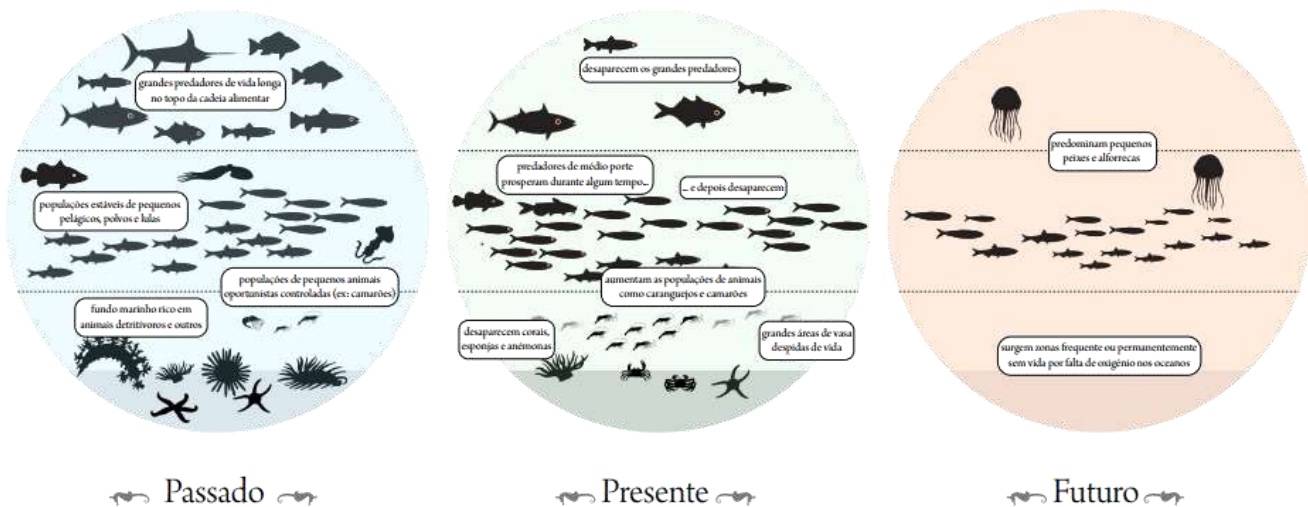
A Aquacultura é a produção de organismos aquáticos (peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios) e o cultivo de plantas aquáticas para uso do homem.

A maricultura refere-se especificamente a aquicultura marinha, enquanto a piscicultura refere-se ao cultivo de peixes principalmente de água doce.

Atualmente, a aquacultura, a maricultura e a piscicultura são responsáveis pela produção de metade do peixe consumido pela população mundial. De acordo com alguns estudos, a produção de peixes através destas atividades triplicou entre 1995 e 2007.

A SOBREPESCA COMPROMETE A BIODIVERSIDADE

O que andamos a comer dos oceanos Efeito da sobrepesca nos ecossistemas marinhos



Fonte: Pauly et al. Fishing Down Marine Food Webs, (Science 1998)

Que soluções?

A base de tudo é a **instrução**. A fim de adquirir hábitos para uma pesca correta, a solução passaria por alterar a forma como as pessoas são instruídas, alertando, desde cedo, para a importância do oceano e para a importância de agir equilibradamente no ecossistema a que todos pertencemos. Quanto aos pescadores de profissão deveriam ser acompanhados por técnicos e guias no sentido de exercerem uma pesca sustentável e terem na sua formação base, os conhecimentos necessários ao desenvolvimento de uma consciência ambiental que lhes permitisse agir correctamente.

Webgrafia:

http://www.igeo.pt/atlas/Cap3/Cap3c_2.html
<http://www.slideshare.net/anacatarinareis/estado-actual-das-pescas-3176486>
http://assets.ocean2012.eu/publication_documents/
<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aquacultura>

Trabalho realizado por: Daniela Vaz; Fabiana Russa; Ivan Mora;
12º E

Algumas medidas tomadas para minimizar as consequências da pesca excessiva

- A **intensificação do estudo e inventariação das espécies**, de modo a conhecer melhor os impactos que a acção humana tem sobre elas;
- A **definição de quotas** – limites máximos para as capturas de determinadas espécies – e de **tamanhos mínimos de desembarque** de algumas espécies;
- A criação de **normas que regulamentam os instrumentos de pesca**, como, por exemplo, a dimensão da malha das redes;
- A **limitação do uso de técnicas como o arrasto** nas épocas de defeso – período em que determinada espécie não pode ser pescada, para não perturbar a desova e o crescimento dos peixes ainda jovens.



Biodiversidade



Kuala

Biodiversidade é a variedade de formas de vidas no planeta, que compreende os ecossistemas terrestres, marinhos e os conjuntos ecológicos do qual fazem parte, além da diversidade dentro das espécies e entre espécies e ecossistemas. A biodiversidade varia conforme as diferentes regiões ecológicas, e é maior nas regiões tropicais do que nos climas temperados. A biodiversidade é responsável por garantir o equilíbrio dos ecossistemas, já que a espécie humana depende da biodiversidade para sobreviver. O dano causado à biodiversidade prejudica não só as espécies que habitam o planeta, mas também a rede de relações entre as espécies e o meio onde vivem.

22 Maio dia mundial da biodiversidade

Para travar a degradação da biodiversidade é necessário investir em indústrias e atividades menos intensivas e em recursos naturais menos poluentes, de modo a contabilizar os

custos ambientais e o custo de produção. É necessário apoiar as atividades industriais que reduzem a produção de resíduos e desenvolvem processos de reciclagem e reutilização de materiais e abandonar as políticas exclusivamente baseadas no crescimento económico. É necessário também, proteger as espécies e os habitats mais importantes e apoiar a biodiversidade num contexto internacional.



Leopardo das Neves

No que se refere à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, assumem-se como objetivos a conservação dos ecossistemas e espécies no seu meio natural, assim como a conservação dos ecossistemas onde as variedades de culturas e as raças de animais domésticos desenvolveram características específicas. Sugere-se a

utilização sustentável dos recursos naturais, tendo em conta



que a perda de biodiversidade afecta gravemente a sustentabilidade, na medida em que reduz o capital de recursos naturais em que se baseia o próprio desenvolvimento social e económico.

A perda da biodiversidade é a consequência dos actos do ser humano. Devido a esta intervenção, os habitats estão a ser destruídos, o que vai fazer com que animais e plantas morram, a maior parte, por inadaptação a



Amazónia



Arara Azul



Peixe boi



Mico leão dourado

outro local. As mudanças climáticas vão alterar o habitual funcionamento das vidas dos seres vivos. Nas regiões polares os ursos que lá habitam, ficam com o seu habitat deteriorado o que vai causar falta de alimento que consequentemente levará à extinção das espécies. A introdução de espécies e doenças exóticas, o aumento demográfico, a expansão urbana e industrial e a desflorestação, são também causas que levam à perda de biodiversidade.

Devemos apelar à humanidade que tenha consciência dos seus actos, e do quanto afectam o nosso planeta, que é o único onde podemos viver.

Ana Ribeiro nº 1 e Andreia Soares nº 4 12ºE

A SOCIEDADE DO CONSUMO

O consumo é algo que é inerente a todo o ser humano. Consiste na aquisição ou fruição de bens de consumo, capital e serviços, por parte das pessoas, empresas, governos, etc. Em Portugal, a crise, segundo o Banco de Portugal, levou o consumo privado a descer cerca de 3,8% este ano, depois de ter registado uma queda de 5,6% no ano de 2012. Ao contrário do que se possa pensar esta redução do poder de compra das pessoas não se refletiu no consumismo, ao nível global, visto que o consumo ou compra de produtos e serviços de forma indiscriminada aumenta de dia para dia. As pessoas que consomem desta forma impulsiva, compram sem necessidade e, não têm consciência do quão prejudicial o seu ato é para a nossa saúde e até mesmo para o ambiente, típico das sociedades capitalistas. Por norma parte destes objetos, produtos, bens e serviços são supérfluos. Este fenómeno, que foi desencadeado com a revolução industrial e potencializado a partir do avanço tecnológico, tem sido um dos problemas sobre o qual os próprios governos nacionais se têm debruçado de forma a não pôr em risco o desenvolvimento sustentável.

Este conjunto de esforços tem conduzido àquilo a que nós chamamos de consumerismo que se trata de uma atitude contrária ao consumismo e que se pauta por uma maior racionalidade, controlo e responsabilidade relativamente ao consumo, tendo em conta as consequências económicas, sociais, culturais e ambientais que derivam do próprio ato de consumir.

Para tal mudança de mentalidade é necessário reeducar a sociedade, de modo a proporcionar uma maior estabilidade e equilíbrio entre consumidores, produtores e distribuidores.

E o que se entende por sociedade do consumo? Se fôssemos superficiais e levianos diríamos somente que se trata de uma sociedade numa fase de desenvolvimento industrial capitalista avançada. O conceito não está errado mas sim incompleto, visto que a sociedade do consumo vai para além disso.

Caracteriza-se também pelo seu volumoso consumo de bens e serviços que poderá conduzir a uma sociedade insustentável. Causas psicológicas, sociais, emocionais e financeiras estão na sua base.

Neste contexto, existe uma panóplia de instituições e associações que servem de apoio e proteção ao consumidor. No caso de Portugal, a DECO- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, indica-nos práticas de consumo sustentável que nós podemos adotar no nosso



quotidiano, por exemplo, fazer reciclagem, diminuir o consumo de energia, optar por carros híbridos, etc. Por outro lado as mesmas, dão-nos a conhecer quais os nossos direitos e deveres enquanto consumidores, que podemos facilmente aqui sintetizar: direito à qualidade de bens e serviços, direito à proteção da saúde e segurança e dos interesses económicos, direito à educação e à informação, direito à reparação de prejuízos e à representação e consulta. Por outro lado, temos o dever à consciência crítica e ambiental, dever de agir, dever de preocupação social e de solidariedade.



Podemos com isto concluir que não basta consumir, temos essencialmente de **saber consumir**, tanto para o nosso bem como para o bem da humanidade, tendo a consciência de que a má conduta de hoje será um problema ainda maior no dia de amanhã. Enquanto houver este conformismo auto suicida e uma disfarçada lucidez acerca dos reais malefícios deste tipo de comportamento, continuaremos a caminhar para um abismo em que o consumismo é só mais um, entre outros tantos problemas, que precisamos urgentemente de resolver.

Ricardo Santos Nº18 12ºE

BIBLIOGRAFIA:

Luis Reis Pires, Económico (16 de Março de 2013). Consumo dos portugueses recua mais de dez anos. http://economico.sapo.pt/noticias/consumo-dos-portugueses-recua-mais-de-dez-anos_165676.html

Adriano Nobre, Expresso (26 de junho de 2013). Consumo "em queda livre". <http://expresso.sapo.pt/consumo-em-queda-livre=f735506>

Wikipédia. Sociedade do consumo. http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_de_consumo





Passatempos e não só!

...ê as pistas e preenche as palavras cruzadas.

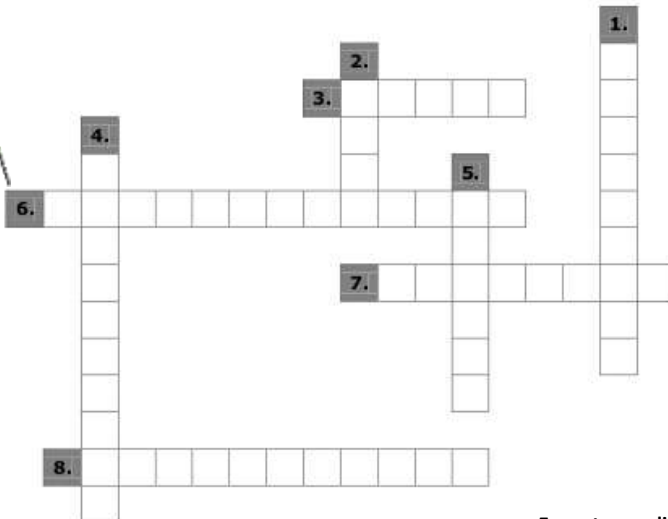


Horizontal →

3. Tipo de chuva que resulta da combinação de gases poluentes com a água atmosférica.
6. Compostos utilizados na agricultura para aumentarem a fertilidade dos solos.
7. Composto cujo derrame acidental no mar origina as "marés negras".
8. Elevação global da temperatura devido a aumento de dióxido de carbono na atmosfera.

Vertical ↓

1. Componente gasosa da Terra sujeita a ação de poluentes gasosos.
2. Recurso natural líquido ameaçado pela poluição física, química e biológica.
4. Compostos tóxicos utilizados na agricultura para controlar pragas.
5. Tipo de efeito de aquecimento provocado por certos gases da atmosfera.



Reduzir, Reutilizar, Recuperar, Renovar e Reciclar são as palavras-chave para quem quer ser um defensor do meio ambiente.

A política dos 5 R's inicia o seu ciclo com o reduzir e a reciclagem completa o ciclo dos "R's".

Com esta política dos 5 R's o planeta fica com um sorriso de lado a lado ao ver o lixo diminuir!



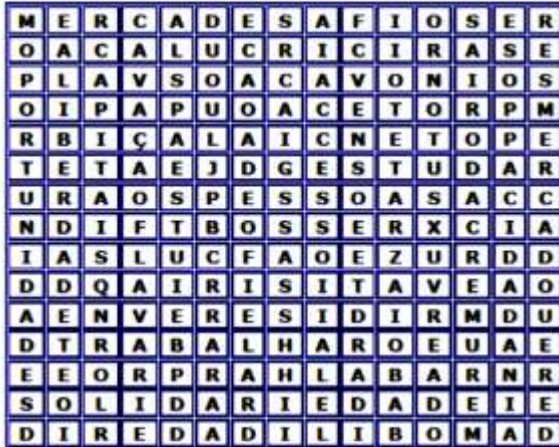
Encontre no diagrama abaixo 5 desastres naturais causados pelo clima e tempo.

T	J	H	G	G	K	X	R	Q	B	G
E	Q	I	N	C	Ê	N	D	I	O	P
M	D	V	S	S	Z	L	L	N	M	J
P	S	V	V	X	F	G	X	U	H	S
E	W	J	Q	X	S	S	L	N	Q	X
S	S	H	G	G	G	O	Q	D	K	X
T	C	G	P	B	H	S	G	A	S	I
A	R	S	S	R	G	C	G	Ç	P	H
D	S	R	F	U	R	A	C	Ã	O	H
E	S	V	H	X	N	T	H	O	V	S
S	E	C	A	Q	H	Q	R	J	R	I

APRENDER A EUROPA



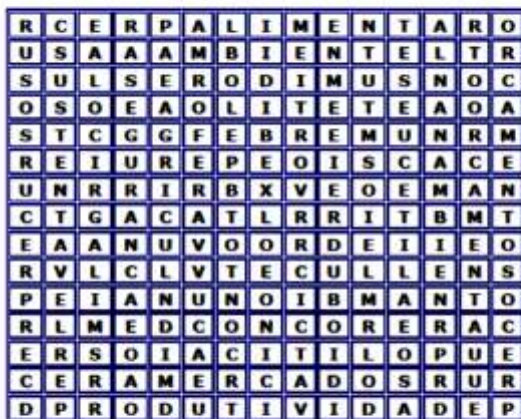
<http://www.eurocid.pt>



APRENDER A EUROPA



<http://www.eurocid.pt>



Data de elaboração: abril 2012

20 ANOS DE MERCADO ÚNICO EUROPEU Sopa de Letras

★ Descubra na sopa de letras (horizontal / vertical / diagonal) as palavras abaixo indicadas e que estão relacionadas com a celebração dos **20 Anos de Mercado Único Europeu**.

Pode encontrar mais informações sobre este e outros assuntos, através da consulta dos portais:
[Europa > 20.º Aniversário do Mercado Único](#)
[Eurocid > Temas - 20 anos do Mercado Único](#)

1. MERCADO
2. CIRCULAÇÃO
3. PESSOAS
4. MERCADORIAS
5. SERVIÇOS
6. CAPITAIS
7. MOBILIDADE
8. ESTUDAR
9. DESAFIOS
10. POTENCIAL
11. LIBERDADE
12. RESIDIR
13. EURO
14. OPORTUNIDADES
15. TRABALHAR
16. CIDADANIA
17. PROTEÇÃO
18. SOLIDARIEDADE
19. DIREITOS
20. INOVAÇÃO



50 ANOS DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM (PAC) Sopa de Letras

★ Descubra na sopa de letras (horizontal / vertical / diagonal) as palavras abaixo indicadas e que estão relacionadas com a Política Agrícola Comum (PAC) que comemora, em 2012, os seus 50 anos de existência a nível comunitário.

Pode encontrar mais informações sobre este e outros assuntos, através da consulta do portal [Eurocid](#) e do sítio web [50 anos de PAC](#).

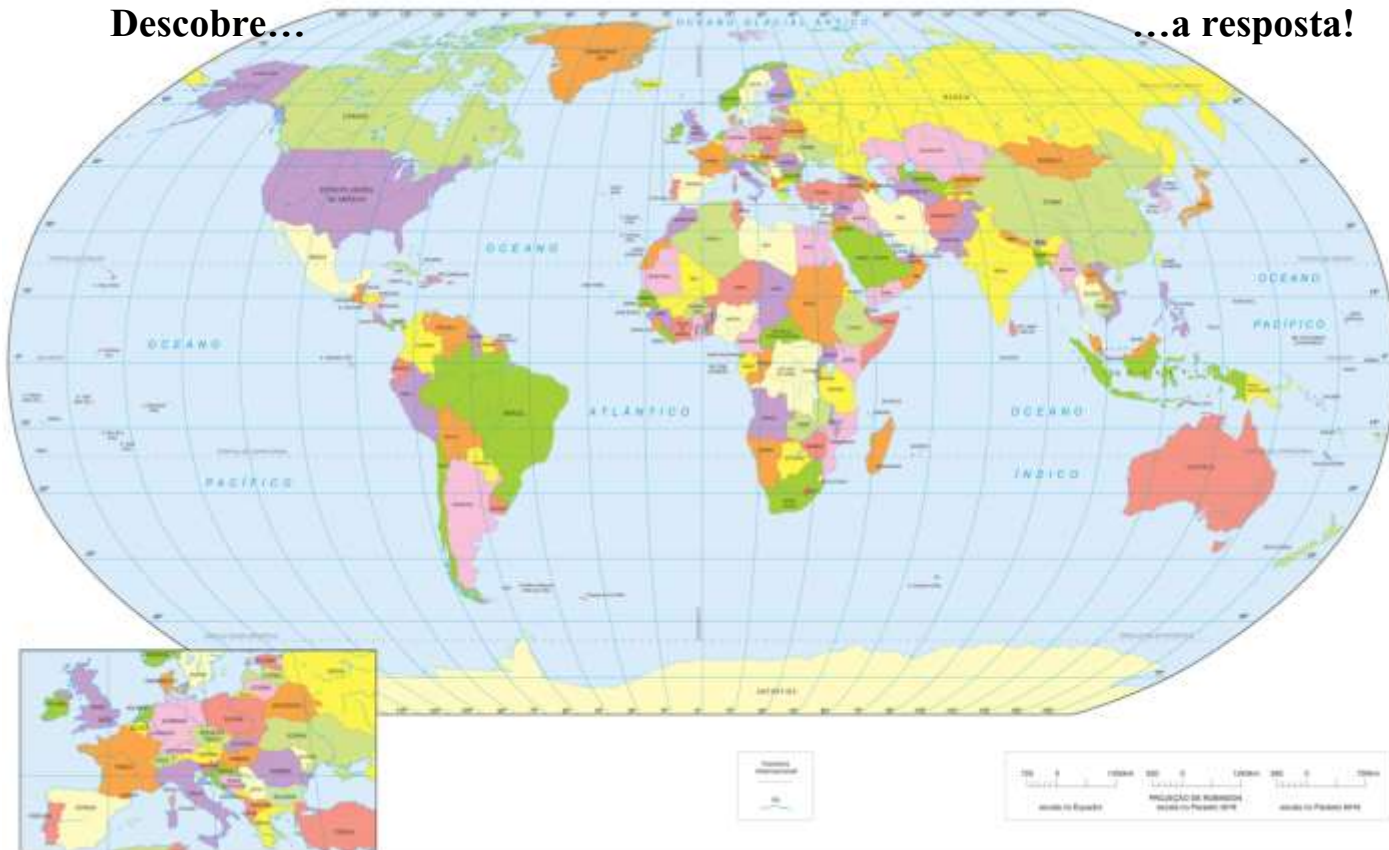
1. POLÍTICA
2. AGRÍCOLA
3. DESENVOLVIMENTO
4. RURAL
5. PRODUTORES
6. RECURSOS
7. CONCORRÊNCIA
8. SEGURANÇA
9. ALIMENTAR
10. PREÇOS
11. PRODUTIVIDADE
12. MERCADOS
13. CONSUMIDORES
14. AMBIENTE
15. ORÇAMENTO
16. REFORMA
17. SUSTENTÁVEL



Planisfério Político

Descobre...

...a resposta!



1. Indica três países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).
2. Indica dois países atravessados pelo Trópico de Câncer.
3. O mar Negro é circundado por que países?
4. Em que ano aderiu a Eslovénia à União Europeia?
5. Em que continente se situa o Nepal?
6. Diz o nome de um país que se localize na região climática quente da Terra.
7. Indica os NPlasiáticos, atravessados pelo Trópico de Câncer.
8. Qual o país atravessado pelo círculo polar ártico, pertencente ao continente americano, onde se fala inglês e francês?
9. Que país se situa a Este da Indonésia?
10. Qual é a moeda da Grécia?
11. Em que país fica a Transylvania?
12. Em que hemisfério se situa a Zâmbia?
13. Em que país, se situa a cidade de DILI?
14. Qual o oceano que banha a Tanzânia?
15. Qual é a capital da Colômbia?
16. Diz o nome do país a que pertence a Gronelândia.
17. Como se chama o mar que separa o sul da europa do norte de áfrica?
18. Em que país fica a Patagónia?

9ºA